



(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 29, de 2012, de minha autoria, Senador Waldemir Moka, com a subscrição da Senadora Ana Amélia, aprovado em 9 de agosto do corrente ano, com a finalidade de discutirmos a “Integração da Pesquisa e Extensão Rural”. Teremos a participação dos seguintes convidados: Helinton José Rocha, Diretor da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Cepac). Helinton, com h – confesso que nunca vi. É o famoso Tom, do Ministério da Agricultura. Ele é do Mato Grosso do Sul, é um desses técnicos competentes, conheço-o, é meu amigo de longa data, em função da ligação que tenho, de muito tempo, com o setor. É do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o querido Mapa.

É convidado também o Sr. Valter Bianchini, Secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

É importante a presença do Sr. Maurício Antônio Lopes, Diretor Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Dr. Maurício, essa é uma das coisas que acompanho desde pequeno. Já lhe disse que tenho um irmão que foi da extensão rural, da extinta Embrater. Muita gente confundia com a Embratel, mas já tivemos uma empresa nacional de extensão rural, a Embrater. O Senador Jayme Campos e o Senador Tomás Correia devem lembrar-se da antiga Embrater, empresa de extensão rural em plano nacional. Então, é muito importante. A Embrapa faz a pesquisa, mas esse sistema de extensão rural, aos poucos, foi desmantelado. Hoje, ressurte-se muito da extensão rural. Melhorou já nos últimos tempos. Houve uma reação grande, o pessoal está mais organizado. Tanto na Câmara quanto no Senado, tem-se procurado fortalecer a extensão rural. Não adianta gerarmos pesquisa, se essa pesquisa não chega na ponta do sistema. Daí a motivação dessa discussão, a integração da pesquisa com a extensão rural, principalmente agora, com a agricultura familiar. O grande produtor, naturalmente, conhece, sabe, contrata técnicos, mas o pequeno produtor não tem essa facilidade.

Convidado ainda o Sr. Julio Zoé, Presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer).

Concedo a palavra, pela ordem aqui, ao meu amigo Helinton, que é Diretor da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira do Ministério da Agricultura, para que comece.

Com a palavra o Sr. Helinton José Rocha.

O SR. HELINTON JOSÉ ROCHA – Bom dia a todos!



Nós estamos presentes a esta audiência a pedido do Gabinete do Ministro. Para tanto, tenho uma apresentação que eu pediria, se possível, que fosse projetada.

Inicialmente, gostaria de agradecer ao meu amigo, Presidente em exercício da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Waldemir Moka, cujo irmão é também um amigo, que trabalhou muito na montagem da extensão rural no meu Estado. Nós, de nossa parte, ajudamos na estruturação da antiga Inpaer, que foi a última versão que a Embrater teve e cujo modelo foi aplicado no Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso. Depois, ela se tornou uma agência, hoje chamada Agraer, com uma figura jurídica bastante diferente da original. Essas cicatrizes mostram uma história difícil do sistema Embrater; uma história bastante importante.

Os desafios que temos hoje são bastante importantes. E esse é um debate que, na verdade, está acontecendo no mundo inteiro. Esse aqui é um *slide* de um debate, Senador, que aconteceu há um mês na Itália, onde se discutia exatamente isso, porque está acontecendo um “PAC” que está mexendo na estrutura econômica da União Europeia.

Há mais de 10 anos, a Itália usa a extensão rural e a assistência técnica apenas cooperativada. Lá há muitos subsídios para as cooperativas, o que permitiu que se organizasse a extensão rural a partir daquele modelo. E se vê lá uma evolução tecnológica bastante grande, com uma fruticultura que produz 90 toneladas de ameixa por hectare, quase três vezes mais o que a gente faz aqui.

E é um debate importante, porque, mesmo com todas essas crises que passaram, o Ministério do Desenvolvimento Agrário conseguiu orçamento e conseguiu suportar a extensão rural pública e gratuita para um público bastante importante, a agricultura familiar. No entanto, o estudo que foi encomendado...

Próximo *slide*, por favor. (*Pausa.*)

Obrigado.

A demanda em cima desse relacionamento já acontece historicamente. O Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, liderado pela Embrapa e por outros, onde atuam várias organizações estaduais de pesquisa... No caso do Mato Grosso do Sul, ela é unida à Agraer e tem pesquisa e extensão juntas, o que, de certa maneira, facilita esse diálogo.

Mas, na verdade, a quantidade de informação tecnológica que se tem hoje é muito grande, e organizar essa fonte, esse relacionamento com o pessoal que presta assistência técnica é muito importante. Para isso, há que se saber qual a demanda do setor produtivo.

O Mapa tem um sistema de câmaras setoriais temáticas, em número de 27, divididas por culturas ou grupos de culturas, que mapeia as rotas de desenvolvimento tecnológico prioritário para a iniciativa privada. E a iniciativa privada é principalmente quem ordena isso aí.



A Embrapa tem os seus sistemas. Cada centro faz lá, à sua maneira, as consultas, de modo que a gente tem trabalhado um bocado essa questão e tem um diálogo entre a Embrapa, o Ministério da Agricultura e o Ministério da Ciência e Tecnologia, que tem orientado, por exemplo, os fundos setoriais. Porém, precisamos ampliar bastante isso; precisamos ter realmente uma definição estratégica, e o Presidente Maurício vem trabalhando nessa parte da inteligência de maneira brilhante dentro da Embrapa, de maneira que a gente consiga organizar isso.

Há um grupo de trabalho criado – e eu coordenei esse grupo – logo em 23 de julho, exatamente para estudar uma reestruturação institucional federal para esse trabalho. E participaram desse grupo a própria Embrapa, a Conab, a Ceplac, as secretarias e os órgãos internos do próprio Ministério, como as secretarias finalísticas.

Esse grupo foi apoiado por um grupo interno na Secretaria, nós fizemos um *workshop* com 35 líderes, e na sexta reunião fechamos os trabalhos. Baseamo-nos em um trabalho que a Associação Brasileira das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural havia definido e conseguimos chegar inclusive à primeira minuta de um anteprojeto de lei propondo a organização de uma agência. Mas essa não é uma questão fechada. Hoje, estamos discutindo, sob a liderança do Ministro Pepe Vargas e do Ministro Mendes Ribeiro – e temos um relacionamento com o Secretário Bianchini –, no sentido de fazer uma proposta do Executivo que seja harmônica às duas Pastas e que possa servir... Porque, hoje, a assistência técnica, além de servir ao Ministério da Agricultura e ao do Desenvolvimento Agrário, serve ao do Meio Ambiente, que tem os povos da floresta e outras populações ligadas às questões de conservação da biodiversidade; serve ao MCTI, que tem seus importantes centros técnicos de radiação, e serve ao MEC, que tem os CEFETs e as universidades e que também tem orçamento de mais de R\$50 milhões para fazer extensão rural. Então, precisamos ampliar o orçamento do Ministério da Agricultura para trabalhar com o médio e o produtor cooperado, que é um público que vamos ver logo em seguida.

Aqui, eu usei a imagem aqui de uma roda dentada de 60 anos a.C., que está em um museu da Grécia. Essa tecnologia não era utilizada, tornou-se comum depois do século XVIII. Fazemos alguma coisa que seja pós-*mouse*, que hoje também já está começando a ser superado por outras tecnologias. Precisamos atualizar as demandas funcionais. Eu exagerei exatamente para dizer que precisamos atualizar as demandas funcionais desse sistema. É muito diferente. Não se trata de recriar a Embrater, porque a realidade hoje é completamente diferente. Uma empresa não tem mais capacidade, não pode mais realizar determinadas tarefas que julgamos importantes, como ter e preservar a conformidade do serviço em proteção do produtor rural, no sentido de que o produtor rural tenha um serviço cada vez de mais qualidade, que a assistência



técnica tenha uma maneira metodológica previamente estabelecida, com conformidade definida.

Bom, hoje, as demandas em cima do agricultor são muito grandes. É muito diferente. Quando comecei minha carreira, eu fazia projetos para a Paulo/Centro e o Propec, que eram maneiras de ocupar o Cerrado no Mato Grosso do Sul. Fazíamos projetos de maneira muito livre, não havia legislação ambiental muito forte, não havia questões ou normas trabalhistas. Então, era muito confortável. Hoje, porém, estaria completamente fora da lei o trabalho que fazíamos naquela época. Hoje, existe uma demanda muito grande em relação a alimento seguro, a certificação e outras formas de signos que agreguem valor à produção, sistemas de produção, o que não havia àquela época.

O Programa ABC, por exemplo, tem nos mostrando que o grande gargalo é ter técnica e pessoal que faça projetos que parem em pé do ponto de vista tecnológico, do ponto de vista de gestão e do ponto de vista comercial, que são estratégias necessárias para enfrentar os grandes desafios colocados ao produtor rural. Entre eles, há muitos exemplos bons. O Brasil tem boas experiências que precisam ser irradiadas. O Balde Cheio, por exemplo, liderado pela Embrapa, consideramos um modelo que precisa ser trabalhado e ampliado para outras culturas e para a própria cultura do leite; e a produção orgânica, que tem uma rede de pesquisa liderada também pela Embrapa. E estamos desenvolvendo, por meio dos CEFETs, 90 núcleos novos de irradiação disso. Para isso, precisamos contar com novos instrumentos de comunicação e de capacitação à distância. Hoje, há métodos baratos para baixar palestras até em um celular.

São informações que precisam ser atualizadas. Na cadeia do frango, para os senhores terem uma ideia, uma norma que muda na União Europeia, demora um ano e meio para chegar até o produtor. Isso é muito dinâmico e significa, às vezes, perder um mercado, ficar fora de um mercado. Então, são coisas muito estratégicas.

Num estudo de cenários feito a partir dos dados de 2006 do IBGE – são os únicos que temos –, encontraram-se vários recortes. Vamos ver aqui várias formas de recortes diferentes.

Dos 5,3 milhões de estabelecimentos rurais, 900 mil estabelecimentos não têm nenhuma produção. O Ministério da Agricultura não tem política para isso. Quem tem política para isso é o MDS, são outros Ministérios ligados muito mais à assistência social e à inclusão produtiva. Há o pessoal do Ministério do Trabalho. É preciso capacitá-los para serem também bons trabalhadores rurais, com alta produtividade.

Há uma fatia grande de 3,9 milhões de estabelecimentos, e 2,3 milhões desses estabelecimentos que produzem 13% do valor da produção bruta agropecuária brasileira... Olhem como é pequeno o valor da produção, mas é muito importante do ponto de vista social. Desses estabelecimentos, 2,3 milhões



têm renda negativa. Nesse recorte, desses 500 mil produtores – aí se incluem o médio e o grande produtor –, 145 mil têm renda negativa declarada. Então, isso demonstra que não é só nem o médio... Esse grupo aí inclui os médios e os grandes. Está certo? Eles respondem por 86,7% do valor bruto da produção. Eles têm problemas também. E esses problemas, a gente os vê. A gente vê, por exemplo, o índice de calcário vendido no Brasil: para cada 700 quilos de calcário, vendem-se mil quilos de fertilizante. Nós, que somos agrônomos, vemos que essa é uma distorção. Num país de terras ácidas, não podia ser nem sequer a mesma proporção. Então, por que se está vendendo mais fertilizante? Porque, no caso do fertilizante, há comissão de venda. As cooperativas fazem metas de venda para os seus técnicos. Essa também é uma distorção, porque tira a isenção técnica do técnico que está trabalhando no departamento da cooperativa.

Há uma série de sintomas desses problemas, como o endividamento, as perdas por seca. Muitas vezes, são plantios fora da janela de menor risco. A assistência técnica e a tecnologia têm soluções muito importantes para isso, que não são as únicas. Aí há a contaminação também da questão da gestão, que é muito importante; da questão da gestão do risco da atividade agropecuária tanto climática, como mercadológica. Então, precisamos preparar melhor o produtor para enfrentar isso. Sempre haverá um pouco de gente com renda negativa, o que é inerente da atividade, mas não precisava ser quase um terço.

Em outro recorte, há uma fatia, que são os 800 mil produtores que estão no meio. É um recorte em que se tentou encontrar o médio produtor. É um trabalho da Fundação Getúlio Vargas e do Senar com base nos dados do IBGE. Oitocentos mil produtores respondem por 15% da produção nacional. Aí você encontra um recorte próximo do que a gente imagina que seja a caracterização do médio produtor, que está sem o colchão social que o Pronaf possibilita e sem a escala de produção.

Esses 300 mil produtores respondem por 75% da produção, e esse já é um recorte que pega um pouco mais o grande produtor, o produtor que tem escala. Se eles respondem por 75% da produção, eles têm escala. Então, eles se defendem no mercado sem política, pela questão da escala, mas eles também contam com uma assistência técnica muitas vezes contaminada pelo interesse comercial. Lamentavelmente, isso é verdade. Precisamos enfrentar isso.

Esse é um recorte que a gente já mostrou. Nós já falamos um pouco que esses 900 mil estabelecimentos são usuários do sistema de assistência técnica. A assistência técnica, em muitos Estados, em muitas regiões do Brasil, é o único braço que tem o Poder Público para intervir, para ajudar uma comunidade. Então, às vezes, a gente fica imaginando que o trabalho é só transferência de tecnologia, mas isso não é verdade. Ele está demandado para coisas como campanhas de saúde pública, como bolsa família. Ele está com uma pauta muito difícil de ser, muitas vezes, harmonizada e com pouco recurso. Então, precisamos



fazer políticas estruturantes no nível federal que harmonizem essas demandas para a assistência técnica e para a extensão rural e que as fortaleçam, principalmente.

Aqui, esse recorte pega um pouco o médio e o pequeno produtor. De 3,9 milhões de estabelecimentos, há 2,3 milhões de estabelecimentos com renda negativa. Esse é um desafio muito importante que o Ministério do Desenvolvimento Agrário tem feito. E sem o esforço do Desenvolvimento Agrário, com certeza, o sistema de Ater hoje estaria basicamente acabado. Então, eles realmente tiveram um trabalho hercúleo de manter esse sistema funcionando, com muito esforço.

E há muitas oportunidades de melhoria na questão da gestão, na questão do acesso ao mercado. Então, isso é importante.

Essa fatia tem uma demanda por conformidade muito menor do que a do médio produtor e a do grande produtor. Demanda por conformidade que eu falo é em relação a segurança alimentar; ele é menos cobrado, ele tem determinadas políticas que o protegem sobre a própria legislação ambiental. Ele convive, às vezes, com uma incerteza fundiária. Ele tem políticas ali que não exigem tanto a conformidade, mas há uma tendência como a que nós estamos vendo na cadeia das aves.

A cadeia das aves está sofrendo uma pressão para mudar para um tecnologia chamada *dark house*, que é uma tecnologia que já envolve uma pressão de escala muito importante e que já está sob uma pressão de conformidade relativa a segurança alimentar. Não se permite resíduo em aves, porque a gente perde mercado internacional, em 120 países.

Eu adiantei um pouquinho essa lâmina, mas é porque a gente vê que é muito importante rever essa questão da renda negativa. Estudando um pouquinho este assunto, nós vimos que, em primeiro lugar, está faltando profissionalização da gestão. Em muitos casos, o médio produtor, e até o grande, às vezes, confunde a sua contabilidade pessoal com a contabilidade da propriedade. Ele mistura aquilo, e esta gestão fica complicada. O cooperativismo, a organização socioeconômica da base produtiva, que são consórcios, condomínios, meios de fazer com que o produtor organizado tenha um pouco mais de gestão sobre a compra de insumos e a venda de seus produtos. Então, esse é um grande problema. Nós estamos vendo que muitas cadeias estão com problema de não ter mais margem, e ela tem que expandir a escala de produção, porque a margem é tão reduzida por volume de produto, que ela só tem uma solução. Então, hoje, os galpões de frango, por exemplo, estão sendo construídos para 40 mil frangos.

Eu fui produtor de frango, quer dizer, a minha família foi produtora de frango na década de 80 e nós tínhamos 1,6 mil cabeças. E vinha vizinho ver como se criavam 1,6 mil cabeças de frango juntas. Hoje são 40 mil. Está certo? Aqui em



volta do DF, o Senador Rollemberg conhece produções nessa escala. São os novos estabelecimentos.

Os custos de produção precisam ser trabalhados com conformidade pré-definida. A questão da defesa agropecuária precisa estar mais inserida na questão da assistência técnica e extensão rural, porque é um diálogo construtivo maior, mais construtivo do que a defesa que se faz na defesa agropecuária estadual; ela é um instrumento mais policialesco, e a extensão rural não, ela é uma face que educa muito mais do que a outra.

Então, nós temos uma demanda por certificações, por sistemas que agreguem valor. A produção agropecuária brasileira é muita *commodity* e pouca agregação de valores. Esse discurso está em tudo que é lugar. E nós já temos políticas para isso, formuladas, como é o caso da produção integrada, como é o caso de uma série de boas práticas de produção, como é o caso do bem-estar animal. Certificações privadas, orgânicos, *fair trade*, indicações geográficas, marcas coletivas, são elementos novos que, por mais que o Ministério tenha feito – nós fizemos vários cursos a distância sobre isso, junto com Embrapa, com universidades –, nós precisamos sistematizar a maneira de levar esse conhecimento para a assistência técnica e extensão rural.

A agricultura de baixo carbono, que é focada principalmente no médio produtor, tem mostrado a necessidade absoluta de que nós temos que caminhar para um sistema que tenha conformidade.

Na verdade, nós perdemos muito da cultura, a inflação tomou de nós a capacidade de planejar no médio e longo prazo. E nós temos que fazer que um extensionista volte a ser capaz de defender um investimento que vai demorar 15 anos para ser pago e o banco aceitar isso, o produtor aceitar isso e o empreendedorismo absorver coisas como o investimento de volta para a agropecuária.

Eu estou terminando, Senador.

Estrutura de Ater. Nós fizemos um estudo sobre por que há baixa adoção de tecnologia. A árvore é bastante complexa, e não vou tomar o tempo dos senhores com isso, mas eu acho que, tomando-se essa parte vertical, por exemplo: tecnologia não validada para locais específicos; a rede de extensão rural ainda é insuficiente. Temos empresas fornecedoras que focam pouco em sustentabilidade. O conceito que a gente trabalha de sustentabilidade inclui o dinheiro que o produtor está colocando no bolso, a renda dele também.

Então, as redes cooperativas não estão concluídas, porque, por um processo histórico, nós temos boas cooperativas, de Minas para o Sul; há boas cooperativas até em Mato Grosso, mas, dali para cima, no Norte e Nordeste, o cooperativismo foi interrompido pela Constituição, que não deixou mais o Estado intervir dentro das cooperativas, e, historicamente, aquilo ficou estagnado. Nós precisamos de um programa para revitalizar as cooperativas.



Nós temos um programa no Ministério, mas ele não teve ainda o suporte orçamentário que esta Casa precisa dar para o Executivo fazer isso.

Bom, é um problema complexo, sem dúvida, e, com certeza, nós precisamos estabelecer um diálogo, construir um modelo, e a Presidente não apenas tem se mostrado bastante aberta, mas ela tem nos provocado, o MDA e o Mapa, no sentido de fazer uma proposta. E eu acho que é uma oportunidade imperdível de fazermos uma estrutura enxuta, eficaz, focada em resultados: resultados para o produtor rural, resultados para o consumidor, na segurança dos alimentos, enfim, para garantir a paz social e, principalmente, valorizar essa massa de recursos humanos importante que nós temos. Temos uma massa de recursos humanos importante nas empresas de assistência técnica e extensão rural, como temos essa massa maravilhosa de recursos humanos que está na pesquisa liderada pela Embrapa, que aqui o Dr. Maurício muito bem representa.

Muito obrigado.

Eram essas as palavras.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A finalidade desta audiência pública é discutirmos a integração da pesquisa e a extensão rural. Temos uma empresa, que é a Embrapa, respeitada internacionalmente em termos de pesquisa. Nós todos reconhecemos isso. Agora, temos uma dificuldade em fazer com que essas pesquisas cheguem até a ponta, sobretudo ao pequeno produtor, na chamada agricultura familiar, onde é mais difícil. Como o Helinton falou... Eu vou ter dificuldade de chamá-lo de Helinton, porque nós, em Mato Grosso do Sul, o chamamos de Tom há muito tempo. Então, como o Helinton disse, o chamado extensionista rural é muito mais do que a pessoa que vai difundir isso. Ele orienta. Na verdade, o pequeno produtor precisa de orientação até para ele lidar com o banco. São coisas fundamentais na chamada extensão rural, e, ao longo do tempo, essa extensão rural, infelizmente, chegou a ser desmantelada no País. Agora se reorganizou.

Eu me lembro, na Comissão de Agricultura, acho que fui até o relator de um projeto que reorganizou a extensão rural. Sou fã da extensão rural, como da Embrapa, porque entendo que gerar pesquisa é fundamental. Agora, para chegar essa pesquisa na ponta do sistema, aí é que realmente vamos ter de melhorar. É esse o sentido da audiência pública, e trouxemos aqui as pessoas, de certa forma, que mais entendem e que estão mais em contato com os assuntos de que estamos tratando. Não sei se fui claro, mas acho que fica mais fácil para que a gente possa entender.

Com a palavra – estava preso ali numa fila enorme – o Valter Bianchini, que é Secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, nosso MDA.

Chegou, e não deu tempo nem de descansar.

O SR. VALTER BIANCHINI – Bom dia a todos e a todas, Senador Waldemir Moka, demais Senadores, demais participantes, colegas aqui presentes.



Quero parabenizar o Senado, a Comissão de Agricultura do Senado por esse tema, para nós e para a agricultura brasileira, bastante importante; cumprimentar os colegas Helinton; Maurício, da Embrapa; Zoé, da Asbraer, e pedir perdão pelo atraso. Confundi o horário e, depois, fiquei um pouquinho perdido internamente. Mas vamos em frente.

Sobre esse tema de articulação, pesquisa e extensão rural, é um pouco o que o Senador relatou: a gente teve um processo contínuo de fortalecimento do sistema de pesquisa agropecuária brasileiro, e a força da Embrapa, a força do nosso Consepa, com muitas entidades estaduais de pesquisa potentes, o que a Embrapa cresceu, principalmente nessa última década, ou nesses últimos anos, com o PAC Embrapa, enfim, nós temos uma trajetória de muito orgulho de desenvolvimento da pesquisa agropecuária brasileira. Mas a gente não pode falar o mesmo da política de extensão rural. Nós...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vou interromper um pouquinho.

O Ministro fez questão de passar por aqui, é um Ministro muito querido, foi Deputado Federal conosco e teve a gentileza de passar aqui.

Sei dos seus compromissos, Ministro, sei que passou aqui rapidamente só para cumprimentar a Comissão de Agricultura. V. Ex^a poderia dizer algumas palavras depois. O Helinton já falou, representando V. Ex^a.

O Ministro vai ficar um pouco, ouvindo-nos.

O SR. VALTER BIANCHINI – Então, o mesmo nós não podemos falar da trajetória de parte do Governo Federal na política de extensão rural. Nós temos, na história da extensão, um pouco mais de 50 anos das iniciativas ainda no sistema das ACARs, da ABCAR, uma primeira tentativa de se organizar um sistema nacional de extensão rural através das instituições estaduais, das associações de crédito, assistência técnica em extensão rural, e o sistema brasileiro, que era a ABCAR. E essas instituições constituíam o Sistema Brasileiro de Extensão Rural, o antigo Siber, e depois houve o Sibrater.

Os primeiros decretos que tratam oficialmente da articulação pesquisa/extensão ainda datam de meados dos anos 60, quando se organizava uma política nacional de agricultura. Então, ainda com um departamento, uma direção de pesquisa agropecuária nacional e um sistema representado pela ABCAR, tivemos as primeiras formalidades de como articular os processos da pesquisa e os processos da extensão rural.

Em meados dos anos 70 – 1973, 1974 – nós temos, fruto dos PNDs e fruto do que se desenhava do potencial que se teria a política de agricultura no desenvolvimento social e econômico do Brasil, a decisão importante da criação da Embrapa, que muito orgulho nos dá hoje, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, e temos, quase que simultaneamente, a transformação do sistema ABCAR na Embrater. Aí nós tivemos, nos Estados, a transformação das ACARs em EMATERs, a criação de um conjunto de institutos estaduais também de



pesquisa e tivemos, nos anos 70, um princípio de uma organização muito forte entre os dois sistemas (a Embrapa, as redes estaduais de pesquisa de um lado e, do outro lado, as EMATERs e a Embrater). Houve, ainda nesse período, basicamente de 1975, 1976 a 1981, uma primeira oficialização de uma coordenação, dentro do Ministério da Agricultura, que teria esse papel de articular esses dois polos importantes da prospecção de demanda de pesquisa, da geração de pesquisa, da adequação da pesquisa aos agricultores finais; essa unidade horizontal entre a extensão rural, a pesquisa e os agricultores e suas organizações. Esse sistema, também, essa coordenação nacional não deu frutos, também não conseguiu adequar, fazer essa importância que estamos discutindo, hoje, do tema de articulação pesquisa/extensão. Destituída a coordenação, tivemos ainda, durante os anos 80, a crise mundial, uma crise afetando internamente as políticas brasileiras e tivemos uma onda que se pode chamar de neoliberal, de enxugamento da máquina do Estado, em que a Embrater e as EMATERs foram as primeiras a serem afetadas.

Então, os anos 80 assistem a certo dismantelamento, certa desestruturação da política nacional de Ater, que, em 1991, culmina, entre o governo Sarney e o primeiro ano do governo Collor, com a extinção da Embrater e com uma fragilização, que já veio durante os anos 80, para um conjunto das nossas EMATERs nos Estados. Em alguns Estados mais consistentes, elas sobreviveram melhor, e em outros, elas se desestruturaram. Nesses anos 90, tivemos, dentro do Ministério da Agricultura, uma série de reformulações, de reestruturações, mas, nunca mais, o que tínhamos na estrutura da Embrater voltamos a ter, dentro do Ministério da Agricultura, nesses anos.

Mesmo, em 1993, quando o governo Itamar cria o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater), esse Departamento não voltou a ter a força que precisava ter para estruturar, para coordenar um sistema nacional de Ater. Então, os anos 90 assistem, novamente, a uma continuidade da desestruturação da política nacional de Ater e à continuidade da política de apoio à pesquisa.

Em 2002, na transição do Governo Lula, com o crescimento e a importância que se tinha o Pronaf, as políticas da agricultura familiar e os assentamentos, acordamos, na transição do governo, e, depois, com o então Ministro Roberto Rodrigues, para a importância de se passar o Dater para o Ministério do Desenvolvimento Agrário e voltar a ter essa coordenação conjunta da Ater – Assistência Técnica e Extensão Rural, e o público-alvo das políticas agrícolas, que era a agricultura familiar e os assentamentos da reforma agrária.

Recriamos, em 2003, o Dater no MDA. Depois, com o apoio do Senado Federal, com o apoio do Congresso Nacional, conseguimos legalizar uma Política Nacional de Ater, um PNATER. Conseguimos ter, no Orçamento Geral da União, orçamentos crescentes. Hoje, o MDA tem por volta de R\$500 milhões para



desenhar uma coparticipação com os Estados, para que possamos ter, de fato, uma política mais abrangente de Ater.

Mas, mesmo com todos esses esforços, hoje, temos, aproximadamente, 1 milhão de agricultores, de um universo potencial entre 3 e 4 milhões de agricultores, que possam ser atendidos e ter um forte programa de inclusão socioprodutiva no cenário da agricultura brasileira. Ainda estamos muito longe de uma universalização dessa política de Ater. Então, os desafios que se colocam, hoje, para o Governo da Presidente Dilma, para o nosso Ministério, para o Ministério da Agricultura é como redesenharmos essa nova estrutura de Ater.

Hoje, para os Senadores entenderem, temos um universo importante de extensionistas nos Estados. Hoje, as nossas EMATERs agregam, mais ou menos, 15 mil extensionistas, muitos com a minha faixa etária, acima de 50 anos, acima de 30 anos de serviços de extensão. Então, precisamos de uma renovação desse serviço da EMATER, mas, enfim, é um contingente importante de mais de 15 mil extensionistas.

Temos, junto às prefeituras municipais... Pelo menos mais da metade das prefeituras municipais hoje, no Brasil, têm algum serviço de agricultura, algum serviço de extensão rural; são mais de 5 mil extensionistas. Temos, no sistema cooperativo mais consolidado da OCB, quadros, departamentos técnicos de mais de 6 mil extensionistas. Temos, pelo menos, 500 organizações não governamentais que têm um outro contingente de aproximadamente 5 mil extensionistas. Temos, nos Estados, um orçamento de mais de R\$1,5 bilhão nas EMATERs. Então, há volume de recursos em nível nacional, há prioridade em nível nacional; o que precisamos, agora, é otimizar mais esse sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural e retomarmos, através deste sistema, essa articulação com o sistema nacional de pesquisa liderado pela Embrapa.

Hoje – Maurício vai colocar para nós isso de melhor forma –, das 47 estações da Embrapa, os Senadores conhecem, temos um conjunto muito grande de tecnologias e, mais que isso – está aqui o Diretor Waldyr, da Diretoria de Transferência de Tecnologia – temos um conjunto grande de metodologias, para que possamos disponibilizar ao nosso universo de extensionistas o conjunto dessas pesquisas.

Então, eu queria dizer, por último, para vocês que os dados do Censo Agropecuário mostram que, quando podemos comparar o universo dos agricultores não assistidos, dos agricultores eventualmente assistidos e regularmente assistidos, a média, tanto para a agricultura empresarial como para a agricultura familiar, é de três, quatro, até cinco vezes, conforme a tipologia, a média de produtividade por hectare entre um produtor não assistido pela Ater, onde não chegam os frutos da pesquisa, e um agricultor regularmente assistido.

Então, baseado em dados comparativos da força que, quando se articulam pesquisa e assistência técnica, existe para os nossos produtores, o



desenho é bastante otimista. Podemos, agora, com essas diretrizes nossas, com a integração entre os dois Ministérios, mais o da Educação, Ciência e Tecnologia, uma integração federal, com a reorganização desse sistema nacional – porque avançamos muito nesta década, mas temos que dar um novo salto nessa reestruturação de uma estrutura nacional de Ater –, com essa articulação com Estados e Municípios e com a iniciativa privada nesse sistema e uma boa proximidade com as estações da Embrapa, podemos inserir um universo de, pelo menos, 2 milhões de agricultores, que, hoje, estão numa certa base da pirâmide e da renda. Dois milhões. Não quero falar da universalização, mas, hoje, estamos prontos para atender perto de 3 milhões de agricultores e inserir, fortalecer uma nova classe média no campo em que possamos responder por uma continuidade de tranquilidade na segurança alimentar do mercado interno crescente, da oferta cada vez mais crescente às exportações, que possamos responder a esse desafio de agricultura e agroenergia e trabalhar uma agricultura não só do ponto de vista econômico e da produtividade, não só do ponto de vista da sustentabilidade com essas tecnologias, mas, principalmente, com a inclusão social.

Então, quero dizer que o MDA trabalhou bastante nesta última década. A diretriz da Presidente Dilma, como vocês viram, nos dois Planos Safra é de fortalecer, dar esse salto com uma nova estrutura. E estamos muito integrados na Asbraer, com os Estados, no Consepa, com as entidades de pesquisa, com o nosso Ministério da Agricultura e também com a nossa Embrapa, para que otimizemos esse sistema e faça, de fato, aquilo que ainda é um sonho, otimizar o potencial que se tem, a articulação pesquisa/extensão, que é o tema deste seminário.

Obrigado, Senador Waldemir, obrigado aos nossos Senadores por esta possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Nós é que agradecemos ao Valter. Eu e o Valter já travamos alguns debates na Comissão de Agricultura, Rodrigo Rollemberg, mas sempre um debate de muito bom nível.

Quando eu cheguei aqui, havia um ranço ideológico – lembra daquilo, Valter? – na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Eu me lembro do finado Adão Pretto, que dizia “esses latifundiários lá do Mato Grosso do Sul”, e o latifundiário do Mato Grosso do Sul era eu: “E vocês podem pegar todos esses sem-terra e levar para o Mato Grosso do Sul, que vocês não vão invadir nem a metade do que eu tenho...” E não tenho nada de terra, então eles podiam levar lá. Mas eu brincava com o finado Adão Pretto.

Terminamos o meu mandato como Presidente da Comissão de Agricultura numa parceria incrível entre o núcleo agrário, porque é fundamental, isso, Valter, essa integração da extensão rural, e acabamos exatamente com isso – eu sonho exatamente isso –, com uma Embrapa produzindo, gerando pesquisa, e a extensão rural mais forte do que nunca, levando esses conhecimentos, não só



levando, como orientando, Valter, porque o papel do extensionista é muito maior do que difundir a pesquisa e a assistência técnica. É muito, muito importante.

Antes de conceder a palavra ao Sr. Julio Zoé de Brito, eu ouço o Ministro da Agricultura, que passou aqui, numa gentileza muito grande. Eu acho que ele quis mostrar o novo visual dele aqui na Comissão de Agricultura, não é?

Com a palavra o nosso querido Ministro, meu amigo, Deputado Federal Mendes Ribeiro.

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO – Presidente Moka, eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui mais uma vez. Vir à Comissão de Agricultura do Senado, para mim, é uma honra, ainda mais quando presidida por V. Ex^a. Sei do seu talento, do seu comprometimento.

V. Ex^a se aproximou da agricultura, e foi um bem para a agricultura, Deputado Moka. E eu digo Deputado Moka porque V. Ex^a está emprestado para o Senado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO – Eu digo isso para ele. Depois de ter chegado ao céu...

Mas o Moka é um homem de extrema qualidade, que tem feito um grande trabalho e foi um artífice fundamental na questão do Código Florestal. E quero dizer do meu respeito, do meu carinho.

E dizer, Moka, que o meu novo visual é alguma coisa que se impõe. Agora, ele, impressionantemente, me faz mais forte, e tenho certeza que essa guerra eu vou ganhar; mesmo me olhando no espelho e me vendo diferente, tenho certeza de que forças não me faltarão, para que esse processo seja apenas mais uma mostra de que é possível, sim, vencer as barreiras daquelas dificuldades que nos são impostas.

Eu quero saudar o meu Presidente, o meu Presidente da Embrapa, o Maurício. Tenho tido ótima relação com o Maurício, acho o Maurício extremamente preparado.

Ontem, Maurício, sem a sua permissão – nós temos, segunda-feira, uma reunião, e vamos conversar –, eu tive uma reunião com a Presidente da Embrapa Solos, a Maria de Lourdes, que é uma das responsáveis pelas 47 EMBRAPAs. E o que se quer? Nós estamos fazendo um projeto onde nós estamos examinando todos os solos dos Estados brasileiros, para que possamos, no Fertiliza Brasil, buscar condições de retomarmos a capacidade produtiva do nosso solo. Quero dizer ao Valter Bianchini que tem sido uma experiência muito grande da minha assessoria, do meu secretário executivo, esse trabalho conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Não tenho dúvidas de que a nossa agência, a agência dos nossos sonhos, vai surgir e, por ser essa a agência de assistência técnica dos nossos sonhos, é que fiz questão de passar aqui hoje, na Comissão de Agricultura, e dizer que este debate é extremamente importante para nós, para os conselhos da área da agricultura, para os ministérios da área da



agricultura, para os Senadores que aqui estão e que atuam na área da agricultura, a quem faço questão de saudar, assim como a todos os que trabalham na área da agricultura brasileira.

Moka, conte com o Ministério da Agricultura para auxiliar. Os debates estão extremamente avançados. Esse trabalho da Embrapa precisa chegar na ponta, e é fundamental que a assistência técnica volte a ter no Brasil o papel fundamental que teve e tem, nós sabemos que tem e precisa ter, sob o ponto de vista estatal.

Tenho outros compromissos, meu Senador, mas, repito, não poderia deixar de vir aqui transmitir a minha confiança. Eu sempre disse, desde que assumi, que vou ganhar outra menina dos olhos. Eu dizia que a menina dos meus olhos era a Embrapa. Pois vamos ter a assistência técnica para, quem sabe, ser a prima dessa menina e podermos fazer uma dupla extraordinária, minha diretora, em favor do produtor brasileiro.

Muito obrigado. Foi uma honra estar aqui com todos os Senhores.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quero dizer, como médico, que o Ministro Mendes foi um dos primeiros amigos que fiz no Congresso. Eu chamo de Mendes com todo o respeito o nosso Ministro da Agricultura. Disse a ele: “Você tem que dar uma passada aqui.” Porque acho que ele vence uma quadra, uma luta da vida dele muito importante. E é exatamente fazendo isso que a gente vai vencer.

Todos nós aqui, sem exceção, ficamos muito felizes com o seu pronto restabelecimento. Vejo, por sua língua afiada, que V. Exª já está 100%.

Então, quero dizer ao Ministro Mendes Ribeiro que nada me deu mais alegria – sei da sua agenda –, do que o fato de ele ter passado aqui, o que demonstra o respeito que S. Exª tem pela Comissão de Agricultura. Não pela nossa amizade, mas pelo respeito que tem pelo Senador Sérgio Souza, pelo Senador Jayme Campos...

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO – Grandes amigos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – ... pelo nosso novo companheiro, Antonio Carlos Rodrigues, pelo Senador Cyro Miranda, pelo querido Senador Suplicy.

Sei que V. Exª tem compromissos. Quero dizer que o Helinton, com h, já o representou aqui, fez uma grande exposição, é um grande técnico que o ajuda lá, o nosso Tom.

Tom, você reassume o lugar do Ministro, que tem compromisso.

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO – O Helinton tem um desafio bem sério agora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra Julio Zoé de Brito, Presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer).



O SR. JULIO ZOÉ DE BRITO – Bom dia, Ministro, que já está de saída. Um abraço e boa sorte!

Bom dia, Senador Waldemir Moka. Cumprimento o meu amigo Valter Bianchini, Secretário de Agricultura Familiar; companheiro Helinton, do Mapa; Dr. Maurício, Presidente da Embrapa. Queria cumprimentar os demais Senadores por prestigiar esta audiência pública, pesquisadores e extensionistas que prestigiam esta solenidade. Quero dizer que nós, que representamos as 27 entidades estaduais de assistência técnica e extensão rural, temos uma satisfação muito grande em contribuir com esse debate, um debate extremamente importante, aonde se traz, neste novo momento, a discussão da importância da assistência técnica e extensão rural e de todo esse acervo de conhecimentos, de inovação tecnológica, que, durante tantos anos, tem sido desenvolvido pela Embrapa, por instituições como o Instituto Agronômico de Campinas, que tem mais de 100 anos; o IPA, de Pernambuco, que tem 77 anos; o Iapar, do Paraná; no passado, o IBC, na área de café; o Planalsucar, na área da cana-de-açúcar, só para citar entidades públicas, papel que também algumas entidades privadas tiveram, ou seja, um acervo de conhecimento e inovação que alavancou a agricultura do Brasil.

Hoje, a agricultura do Brasil é uma referência no mundo, na agricultura tropical. Mas, aí, o Dr. Helinton nos traz, com muita precisão, um perfil de que são muito poucos agricultores brasileiros que, hoje, estão acessando esse acervo de conhecimentos. E, quando falamos de conhecimentos, eu gosto de dar exemplos, para que tenhamos oportunidade de refletir, de mensurar. Por exemplo, o Brasil, só para citar três tecnologias, planta aproximadamente 28 milhões de hectares de soja e tem uma tecnologia que é a utilização de inoculantes, que é uma bactéria do gênero rizóbio, que pega o nitrogênio do ar e incorpora na planta. Os senhores imaginam a contribuição que uma tecnologia dessas tem dado à economia e ao meio ambiente? São 28 milhões de hectares em que não se utilizam fertilizantes nitrogenados na soja, utilizando uma tecnologia moderna, sustentável.

A questão do plantio direto, que transformou a agricultura, especialmente no nosso Planalto Central, o melhoramento vegetal, o melhoramento animal. Então, o conjunto de tecnologias que, hoje, aqueles agricultores que são colocados como mais dinâmicos têm tido acesso e que, portanto, transformaram a agricultura no Brasil. Basta olhar os dados. Nós, hoje, produzimos quase o dobro do que se produzia há 40 anos, na mesma área. Ou seja, o que houve foi conhecimento, foi tecnologia, foi melhoramento, foi genética, associados a outro conjunto de medidas.

Aí, nós precisamos, também, nos deparar com um dado. No segmento de agricultura familiar, se pegarmos os dados oficiais do IBGE, identificamos que, quanto àqueles agricultores familiares que não têm nenhuma assistência técnica e extensão rural, contra aqueles que têm assistência técnica e extensão rural, a renda por hectare é três a quatro vezes maior. Então, nós



estamos falando de 3,9 milhões de agricultores em que dois terços poderiam estar com três a quatro vezes mais renda. Imaginem o que representaria isso no PIB nacional, na qualidade de vida, do ponto de vista social para o nosso País? Então, este é o retrato que nós precisamos olhar e refletir, e essa discussão pode nos trazer luz. Evidentemente, nós precisamos, também – e aqui eu faço questão de definir – não confundir extensão rural com assistência técnica.

Eu, quando recebo assistência técnica, não tenho que aprender. Se tenho uma TV em casa que está quebrada, parou de funcionar, eu chamo a assistência técnica. Ela vem lá, conserta, continua funcionando, eu estou contente, mas eu não aprendi nada. Se eu sou um grande produtor de melão, por exemplo, e aparece uma praga nova, eu chamo o melhor especialista, ele vem e faz o tratamento, resolveu, foi embora, eu tive assistência técnica. Extensão rural é esse conhecimento e um pouco mais.

Portanto, nós precisamos nos preocupar, porque, além de olharmos para o nosso País, também tem um mundo que nos compra e nos olha. Hoje ostentamos um dado preocupante, Senadores: nós somos os maiores consumidores *per capita* de agrotóxicos ou defensivos agrícolas do mundo. Cada um de nós, os nossos filhos, consome 5,2 quilos por ano. Isso representa US\$9 bilhões que estamos utilizando nessa ferramenta.

E, aí, é muito comum a gente saber que, apesar de todo o acervo de conhecimento das nossas entidades de pesquisa, ainda se utiliza defensivo por calendário agrícola. Isso é jogar no lixo todo esse acervo de conhecimentos. Quantos jovens agrônomos são contratados e têm a sua remuneração com base na meta de venda? Nós estamos, portanto, construindo a contramão daquilo que o conhecimento, que a nossa Embrapa e que as universidades, que nossas entidades estão ensinando.

Então, evidentemente, isso precisa ser organizado, Dr. Bianchini. Isso precisa de um sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural que possa organizar, coordenar, qualificar, focar na formação dos extensionistas e nos agricultores, para que essa festa acabe.

Eu li uma tese, há alguns anos, desenvolvida numa região de irrigação no Vale do São Francisco, com a cultura do tomate. O estudante identificou que toda semana havia uma empresa apresentando um novo produto que era melhor do que o anterior, depois havia os comes e bebes, e na outra semana chegava outro, e ele começou a pesquisar os produtores. Só na cultura do tomate, naquele ciclo, havia 29 produtos diferentes sendo utilizados para o tomate. Desses, pelo menos 16 eram proibidos para a cultura de ciclo curto.

Então, esta é uma reflexão: tem que haver uma fiscalização nisso. Estamos dizendo que existe assistência técnica, mas qual o respeito que nós estamos tendo com a saúde do consumidor? Não adianta ter produtividade se nós estamos produzindo errado.



Então, mesmo aquele que tem um agrônomo que seja qualificado, mas, na hora que eu pego um jovem, que a remuneração dele é feita de acordo com a meta que ele venda daquele produto, nós estamos, do ponto de vista ético, colocando esse profissional, com tudo que ele aprendeu, com todo o juramento na lata do lixo. Então, precisamos ter esse olhar para que a assistência técnica seja também qualificada.

E, evidentemente, nós precisamos, Senadores, olhar para outros aspectos. Nós temos aqui um cenário, graças a Deus, graças ao discernimento da nossa Presidenta – Sua Excelência teve coragem, e começou com o Presidente Lula – de não ter vergonha de enfrentar a miséria, de enfrentar a fome. Nós melhoramos muito, mas ainda temos 16 milhões de brasileiros abaixo da linha da miséria, 8 milhões estão no campo, metade está no campo. Mas é metade que nem sabe das políticas públicas que estão aí e que, de fato, só vai sair da miséria se tiver a assistência técnica e extensão rural.

Portanto, hoje, dos 4,2 milhões de agricultores, agricultores familiares – e aí eu me refiro àqueles que não podem pagar por esse serviço –, apenas 1,6 milhão recebem assistência técnica. Nós estamos falando, portanto, de 2,6 milhões. Muitos nunca viram um extensionista. Portanto, os 16 mil extensionistas que pertencem à rede da Asbraer só têm capacidade de atender razoavelmente 1,6 milhão.

Portanto, precisamos ter um projeto, precisamos sonhar com uma estratégia de chegar a todos – chegar a todos! –, senão com técnicos e com agrônomos, mas incluindo os agentes de extensão rural, como fazemos na saúde, para que se pense no médio e longo prazo ou, de preferência, no curto e médio prazo, com a universalização da extensão rural.

Porém, precisamos ter os pés no chão. Nós não podemos achar que com a integração, com a assistência técnica e a extensão rural sozinhas, nós vamos desenvolver a agricultura, vamos levar a vida digna para o campo. Nós ainda temos milhões de brasileiros, Senador, que não têm água para beber. É um drama que nós estamos vivendo agora no semiárido. Nós precisamos ter água para beber, ter água para produzir, para garantir algum nível de produção naquelas propriedades. A trafegabilidade: nós precisamos ter estradas. Se eu produzo e não tenho como escoar a minha produção, eu não estou fazendo nada. Mas estrada também não é só para escoar a produção. Quem vive no campo precisa ter acesso à educação, precisa ter acesso à saúde e precisa também ter acesso a lazer. Portanto, investimento em estradas para tirar as populações rurais do isolamento tem que estar na Ordem do Dia. Energia elétrica: Luz para Todos é outro programa que tem tudo a ver com isso, e eu colocaria ainda sinal de celular. Hoje é uma ferramenta simples de comunicação, quer seja por fala, quer seja por mensagem, para que a informação, a Internet também seja uma ferramenta, já pensando nas futuras gerações de agricultores.



Nós não vamos ter sustentabilidade na agricultura... Um filho de agricultor que vê o pai usando como tecnologia a enxada e a foice não vai querer continuar fazendo agricultura. Evidentemente, para esse jovem – e precisamos pensar na juventude rural – não ter que ir para as cidades de todo jeito, despreparado, precisamos construir políticas, construir modelos para que ele se sinta bem, confortável, com renda, vivendo no campo.

E aí, depois de tudo isso, começamos a pensar no foco principal daqui. Vamos construir a integração entre os resultados da pesquisa, os projetos de pesquisa com a assistência técnica e extensão rural. E aí, Presidente Maurício, aquele modelo – eu estou colocando “aquele”, mas eu poderia botar “este” modelo, porque ele não está longe, não –, em que eu, como pesquisador, escrevo um projeto, faço minhas observações, tenho as minhas mensurações, chego a conclusões, publico em uma revista “A”, indexada... Isso é muito bom para o meu Curriculum Lattes, mas e aí, depois eu vou chegar para o extensionista, que nada soube disso, “olha, eu tenho uma tecnologia maravilhosa”?

Essa integração tem que se dar na concepção do projeto, para que os extensionistas se sintam integrados desde o momento do planejamento, da identificação do problema, dos problemas do conjunto de agricultores, para que ele tenha oportunidade de participar das observações, para que ele tenha oportunidade de concluir junto, de avaliar junto aos agricultores. Aí nós vamos começar a dar os primeiros passos para integrar a pesquisa com a extensão, quando tivermos projetos em que o extensionista tenha tido a oportunidade de ser parte – não só com as mãos e os pés, mas também com seu cérebro – nas observações e também nas conclusões. E, aí, acho que estamos dando passo firme, porque fica muito mais fácil de ele saber traduzir para os agricultores esse conhecimento, os agricultores se apoderarem e estarmos colocando, firmemente, estacas para que esse conjunto de agricultores possa participar desse acervo de conhecimentos que temos hoje para a agricultura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecemos ao Sr. Julio Zoé.

O último orador é o nosso Presidente da Embrapa, Sr. Maurício Antônio Lopes, é o Diretor-Presidente. Antes, porém, Maurício, como extrapauta, há um requerimento do Senador Sérgio Souza que preciso aprovar aqui no Plenário.

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 34, de 2012

Requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 23/2012 - CRA, aprovado em 17 de maio de 2012, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do



Senado Federal, seja convidado o Presidente da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene – Ubrabio, para participar da Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), destinada a debater o Setor Sucroalcooleiro no Brasil.

Autoria do Projeto: Senador Sérgio Souza.

Com a palavra o Senador, rapidamente, só para encaminhar o requerimento.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Teremos, no próximo dia 22, uma audiência pública aqui, nesta Comissão, para tratar sobre o marco regulatório dos biocombustíveis e, no requerimento aprovado, não havia a presença do biodiesel e do bioquerosene, então, é para complementar para que todos os setores sejam atendidos por essa audiência pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Coloco em votação o requerimento extrapauta, para que possamos fazer o aditamento, já para a próxima audiência pública.

V. Exª quer discutir...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Gostaria de dizer uma palavra de agradecimento após a votação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

Encerrada a discussão e votação.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente Waldemir Moka, quero cumprimentar os Srs. Valter Bianchini, Helinton José Rocha e Julio Zoé de Brito. E queria fazer um agradecimento especial ao Sr. Maurício Antônio Lopes, pois, ontem, recebi – acho que anteontem – da Srª Flávia Bessa um estudo muito bem feito da Embrapa sobre o café. Ontem, ainda, liguei e falei com o Sr. Jamilson dos Santos e o Sr. Lucas Tadeu, Gabriel Bartholo, Flávia Bessa, e todos me enviaram um complemento de informações. Quero até transmitir que hoje vou fazer um pronunciamento sobre a produção do café do Brasil, que chegou em nível recorde esse ano: 50,5 milhões de sacas. E mostrarei, graças a esse estudo, como é o que a Embrapa colaborou, ao longo desses anos, para que o Brasil alcançasse tamanho grau de produtividade. Até mesmo sem aumentar tanto a área, conseguiu aumentar. Então, queria cumprimentar a Embrapa.

É só isso, Sr. Presidente.

Mostrarei para o Presidente da Embrapa o pronunciamento. Farei hoje à tarde.



Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) –

Obrigado.

Com a palavra o Diretor-Presidente da Embrapa, Sr. Maurício Antônio Lopes.

Logo em seguida, quero adiantar, na ordem de chegada aqui, o Senador Tomás Correia, madrugador – deve ser leiteiro, como falamos –; o Sr. Jayme Campos; Senador Antonio Carlos Rodrigues. Enfim, logo depois, passo a palavra diretamente aos Senadores inscritos, justificando a ausência da nossa querida Senadora Ana Amélia, que é coautora desse requerimento. Ela se dizia disfônica, mas hoje ela amanheceu afônica, porque não está conseguindo nem falar. É lamentável, para todos nós, a ausência da Senadora Ana Amélia.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Eu gostaria de cumprimentar o Senador Waldemir Moka, Presidente em exercício da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, já parabenizando a Comissão pela organização desta audiência pública em tema tão importante e tão relevante: a integração da pesquisa e extensão. Cumprimento também os Senadores presentes; a Diretora de Administração e Finanças da Embrapa, Vania Castiglioni; nossos chefes de unidades que estão aqui; os caros colegas que participam desta audiência, Valter Bianchini, Helinton Rocha, meu caro Julio Zoé.

Tenho grande satisfação de estar aqui e também, Senador, ter tido a oportunidade de ouvir meu Ministro, Mendes Ribeiro, com quem tenho convivido relativamente há pouco tempo, mas devo dizer que já com grande sintonia e grande sinergia, o que me dá muita satisfação.

Eu gostaria, então, de seguir em frente, dando a contribuição aqui da pesquisa e da Embrapa a essa importante discussão, trazendo uma breve apresentação e tomando a liberdade de, antes de entrar especificamente no tema da pesquisa agropecuária e no fortalecimento da assistência técnica e extensão rural, expressar para os senhores realmente o que será o grande desafio, as grandes oportunidades para nossa agricultura, quais são os desafios no presente e quais serão os desafios no futuro.

Eu acho que discutir a assistência técnica e a extensão rural no Brasil passa também pela discussão da sustentabilidade, da competitividade da nossa agricultura. Se realmente não tivermos uma integração muito forte entre aqueles que produzem conhecimento, que produzem inovação e aqueles que fazem esse conhecimento e inovação chegar ao campo, chegar aos nossos produtores, nós não vamos, realmente, poder almejar essa sustentabilidade e a competitividade de nossa agricultura no futuro.

Acho que está muito claro para todos nós que o mundo terá grandes desafios a superar nos próximos 50 anos. Eu tento elencar aqui cinco desafios que eu acho que ninguém disputa, ninguém diz que esses não são desafios grandes: a energia, a água, alimento, meio ambiente, pobreza. E acho também



que ninguém discute que todos esses desafios têm uma conexão muito forte com a questão da segurança alimentar, da segurança nutricional, com nossa capacidade de produzir alimentos em qualidade, em quantidade, com segurança, não só para os brasileiros, mas para o mundo, já que o Brasil ganha grande visibilidade como um importante provedor de alimentos. Também se deve considerar a realidade que nós temos de encarar: o crescimento populacional. Acho que todas as estimativas de crescimento populacional mostram que vamos chegar ao ano de 2050 com cerca de 9 bilhões de pessoas; a população deve se estabilizar a partir do ano 2050, mas temos um desafio gigantesco até lá. Nós vamos ter mais 2,3 bilhões de pessoas no planeta para alimentar, nós vamos ter que aumentar a produção de alimentos, daqui para o ano 2050, em pelo menos 70%, e o Brasil vai ter um papel importante a cumprir nesse processo. O mundo espera que a gente assuma um protagonismo e uma liderança na produção de alimentos.

É importante também ressaltar que o crescimento populacional vai se dar em regiões que já não têm mais terra, já não têm mais como expandir sua agricultura. Então, nós podemos esperar também um futuro em que alimentos terão de ser mobilizados ao redor do mundo. E o Brasil será, certamente, um provedor importante. Nós temos de manter os ganhos aqui, os que tivemos, quanto à suficiência de alimentos, preços de alimentos, mas temos de pensar também que o Brasil vai ser cada vez mais pressionado a dar contribuições para enviar alimentos e matérias-primas para outras partes do globo, e aqui mostramos que serão regiões da América do Sul, América do Norte, partes da Europa e da Oceania que serão os provedores para aquelas regiões que não têm mais terra, que não têm como expandir sua agricultura, mas que terão suas populações crescentes.

Isso é uma pressão enorme para o mundo, que nos afeta. É bom que a gente fale dessa realidade, porque nos afetará e nos cobrará ações no sentido de que façamos uma agricultura cada vez mais eficiente, cada vez mais competitiva e cada vez mais sustentável.

Temos problemas, temos fragilidades, porque essas demandas todas vêm no momento em que emergem muitas fragilidades. Tentarei destacar algumas importantes que nós da pesquisa não podemos ignorar: a fragilidade das mudanças climáticas. Há controvérsias se temos ou não temos mudança climática, mas não podemos nos colocar, aqui, na posição de ignorar essa tendência. Nós temos de procurar nos antecipar a esses possíveis riscos e desafios que virão com as mudanças climáticas. Os estresses vão ser intensificados com as mudanças globais – estresses térmicos, hídricos, nutricionais. Temos de nos preparar para eles.

Há uma pressão muito forte para a descarbonização das economias. Isso não é... Todos sabem, o Brasil colocou uma meta em Copenhague para uma



redução drástica na sua emissão de gases. A agricultura precisará dar contribuições, porque ainda temos uma agricultura carbonizada.

Cito aqui várias fontes de emissão de gases de efeito estufa na agricultura. Vamos ter de lidar com esse problema, desenvolvendo novos insumos, novas práticas, novos métodos, para que a nossa agricultura não seja penalizada no futuro, nos mercados internacionais, com protecionismo, grande desafio.

Aqui há um dado assustador, que foi publicado pela FAO recentemente: mais de um terço dos alimentos que são produzidos são perdidos ou desperdiçados. Com isso, com o alimento desperdiçado, vai também a energia. Cerca de 38% da energia consumida na agricultura se perde com o desperdício de alimentos. Então, a pesquisa tem um desafio enorme: como reduzir esse desperdício, como reduzir essa perda, que significa também reduzir a perda em energia.

Já foi dito aqui, o meu caro colega Zoé colocou o problema da água, que é um problema sério. Apesar de o Brasil ter 12% da água doce do planeta, ainda usamos, relativamente, pouca irrigação no Brasil, grande desafio para aprimorarmos os procedimentos e os equipamentos, para fazermos irrigação de uma forma mais eficiente.

Este outro quadro aqui mostra outra situação preocupante para o futuro: uma redução gradual nos ganhos de produtividade dos cultivos. Os métodos para melhorar cultivos importantes para a alimentação estão sendo menos e menos efetivos, mostrando que vamos ter de internalizar novos métodos e novas estratégias para promover os ganhos de produtividade e de eficiência na nossa agricultura, compatíveis com as demandas que vêm aí.

Vamos precisar de genômica, de biotecnologia. Não dá para pensarmos num futuro em que não lancemos mão de todo esse arsenal de conhecimentos e tecnologias.

A questão da segurança. A segurança biológica vai se tornar um problema muito sério no futuro, por quê? Alimentos vão ter de ser mobilizados ao redor do mundo; a disseminação de contaminantes vai se tornar um problema sério. Então, temos de fortalecer o nosso sistema de defesa agropecuária, para que a nossa agricultura não seja penalizada em função de riscos, especialmente de segurança biológica.

Um dado também muito preocupante: a tendência, daqui para 2050, 2080, é de redução do número de subnutridos. Mas nós vamos ter problemas cada vez mais sérios com segurança nutricional. Vejam os dados com relação à obesidade, ao crescimento da obesidade.

Isso aqui se tornará um desafio muito grande para a agricultura, que terá de se preocupar não só com o volume, com a quantidade de alimentos, mas com a qualidade. Vamos ter de pensar em densidade nutricional, em novas funcionalidades.



O Senador Moka é médico e sabe muito bem do que estou falando aqui: este desafio de sairmos do paradigma da cura para o paradigma da prevenção, um grande desafio para a agricultura. Nós vamos ter de abraçar esse desafio, aumentar a densidade nutricional, aumentar a funcionalidade dos nossos alimentos, para reduzir os custos do sistema de seguridade social e do sistema de saúde, que estão em dificuldade em grande parte do mundo.

A população rural está em queda. Esta será uma norma no futuro: populações rurais cada vez menos densas, trabalhadores no campo cada vez mais raros. Nós vamos ter de trabalhar muito a automação, o aumento de eficiência do nosso trabalhador, a melhoria da qualidade de vida, das condições de trabalho e de eficiência do trabalhador no campo, porque não vamos ter uma legião de trabalhadores no campo mais.

Então, a automação, grande desafio para a pesquisa, para a transferência e para a assistência técnica no futuro, com esse processo de aceleração da urbanização.

Se posso sintetizar esses grandes desafios, acho que está claro para todos que alimentar o mundo nas próximas décadas vai ser um imenso desafio. Nós vamos precisar de uma nova onda de conhecimentos. Daí a importância desta Casa, do nosso Congresso, de o Governo brasileiro reconhecer, cada vez mais, que ciência e tecnologia são o motor do desenvolvimento e a saída para todos esses desafios e fragilidades que temos.

Nós temos de pensar em novas estratégias de cooperação e combinação de esforços.

O Julio falou da necessidade de se buscar a integração entre a pesquisa, a extensão, a pesquisa oficial – Embrapa –, a pesquisa dos Estados. Então, a cooperação e a sinergia terão que ser a norma no futuro.

Teremos que reforçar nossa capacidade também de provedores de alimentos, porque o mundo espera que possamos dar essa contribuição. Não há alimento em regiões muito densas em termos de população e vamos ter que ocupar cada vez mais esse espaço de provedores e exportadores. Para tanto, temos que ampliar o acesso à informação, ao conhecimento e à tecnologia. Não dá para superar um desafio deste de forma improvisada ou fazendo subinvestimento na área de inovação, ciência e tecnologia.

Ciência e tecnologia são os motores que vão nos fazer superar esses desafios. E ainda temos mudanças de contexto, de conceitos. Está vindo muito fortemente a questão da sustentabilidade, esse conceito de que crescimento e sustentabilidade não são conceitos antagonistas. No passado, com o ativismo e com a questão do ambientalismo ficou muito essa coisa de que crescimento e sustentabilidade são conceitos antagonistas. Não são! Não podemos considerá-los antagonistas; eles são complementares. É perfeitamente possível; temos tecnologia, conhecimento e inteligência para produzir prosperidade econômica com melhoria ambiental e social e para fazer com que o meio ambiente, a nossa



base de recursos naturais, gere a riqueza e a capacidade de desenvolvimento que o nosso País precisa ter.

Temos que lançar um olhar inteligente para a questão do meio ambiente e da sustentabilidade. Por quê? Por tudo que eu disse antes, a agricultura vai ser cada vez mais pressionada na direção da multifuncionalidade. No futuro, não vamos ter mais uma agricultura que seja provedora só de alimento, fibras e energia. Como eu disse, a agricultura terá que dar uma contribuição na questão da saúde, da qualidade de vida das pessoas: integração alimento, nutrição e saúde. Isso vai se tornar uma norma no futuro; temos que nos preparar para isso.

A agricultura como um *driver* para redução de pobreza e remoção das limitações que temos para milhões de famílias brasileiras que não têm acesso ao conhecimento, à tecnologia. Se não for através da tecnologia da agricultura, muitas dessas famílias não sairão da pobreza. Temos que colocar isso no nosso mapa de prioridades.

A agricultura conectada com bem-estar, com cultura, com conhecimentos tradicionais. Quem viajou pelo interior da França e pelo interior da Itália pôde ver como os europeus fazem bem isto: conectar a cultura com o modo de vida local, com o alimento local, com o turismo, com qualidade de vida. O Brasil tem um campo enorme para seguir. Podemos fazer como os europeus, como os italianos e os franceses fazem. Temos uma cultura e uma diversidade riquíssimas. E conectar a agricultura com o bem-estar, com conhecimento tradicional gera novas oportunidades para turismo, para inclusão, para renda. Ou seja, é um campo enorme para ser explorado.

A agricultura vai ter que colocar no seu rol de produção os serviços ambientais e os serviços ecossistêmicos. A agricultura será cada vez mais pressionada a devolver para o ambiente aqueles serviços que a floresta provia. A qualidade da água, a qualidade do ar. É perfeitamente possível fazer isto

Nosso plantio direto, por exemplo: saímos de 5 milhões de hectares de plantio direto, na ECO 92, e chegamos agora, na Rio+20, com mais de 30 milhões de hectares de plantio direto. E plantio direto é produtor de água limpa.

Temos que aprender a qualificar e identificar esse serviço ambiental e mostrar para a sociedade que a agricultura está provendo serviço ambiental, está devolvendo para a natureza aquilo que foi retirado quando se abriu o espaço para utilização da agricultura.

E uma coisa importantíssima que temos que colocar no mapa de prioridades do Brasil é a questão da tecnologia de biomassa. É perfeitamente possível que, num futuro não tão distante, a biomassa ocupe boa parte desse espaço que é ocupado pela indústria petroquímica. É possível destilar de biomassa grande parte das coisas que destilamos do petróleo.

Em relação aos biomateriais, o Brasil pode ter uma indústria química verde, pujante. Já temos exemplo disso no Brasil com indústrias que estão usando



álcool – a alcoolquímica – para produzir substitutos de plásticos e outras coisas. Então, é um campo aberto para agricultura. E a agricultura do futuro será muito mais que uma provedora de alimento, fibra e energia; terá que prover muito mais para a sociedade. A pesquisa tem que se preparar para isso. A Embrapa tem que se preparar para isso. As instituições estaduais têm que se preparar para isso. E temos que ter uma grande sintonia com sistemas de assistência técnica e extensão rural para fazer isso acontecer no mundo real. Sem essa conexão, isso não acontecerá no mundo real.

Conseguimos avançar tremendamente nos últimos 40 anos. A agricultura brasileira fez o que nenhuma agricultura no mundo foi capaz de fazer. Nos anos 40 e 50, muita gente lá pelo norte, pelo hemisfério norte, dizia: “Fazer agricultura nos trópicos? Isso é loucura! O ambiente tropical é muito desafiador, vai custar muito caro, é impossível fazer.”

O Brasil deu mostras de que não é impossível fazer. Nós fizemos em tempo recorde uma agricultura competitiva, uma agricultura que caminhou muito rapidamente na direção da sustentabilidade. Mas nós não podemos esquecer que, apesar de termos essa agricultura pujante, empresarial, reconhecidamente competitiva, que alcançou o mercado internacional, o Brasil ainda tem um contingente enorme de produtores que estão à margem do mercado. É uma agricultura carente, descapitalizada, que precisa ser incluída. Nós temos que reconhecer isso e dar um tratamento adequado a essa realidade.

Os colegas já falaram sobre esse enorme contingente de produtores no Brasil, cerca de 3,9 milhões de agricultores no Brasil que estão à margem do mercado – 86% da riqueza produzida pela agricultura no Brasil vêm de 500 mil produtores apenas, aqueles que realmente conseguiram acessar a tecnologia.

Este é um quadro interessante que mostra que, pelo Censo de 95/96, o que era importante para gerar riqueza na agricultura era trabalho e terra; quando você vê o Censo de 2006, trabalho e terra diminuíram em termos de importância e a tecnologia deu um salto. Ou seja, se vamos retirar os agricultores que estão à margem, que estão excluídos, da situação de pobreza e exclusão, será com investimento em conhecimento e tecnologia, não há outro caminho a seguir, essa terá que ser a norma se vamos enfrentar esse grande desafio.

Como a questão da terra é tremendamente importante, não só para a Embrapa, mas para todas as nossas instituições parceiras, os institutos estaduais, as universidades e os parceiros privados, é importante que nós apresentemos aqui também a nossa percepção de quais são os grandes desafios. Eu já estou terminando, Senador, mas eu gostaria de deixar algumas referências, algumas considerações para esta discussão importantíssima: como é que nós “linkamos” melhor a inovação agropecuária e a pesquisa com os sistemas de transferência?

Algumas considerações.



A integração entre a pesquisa e a assistência técnica no Brasil, apesar de todas as dificuldades que já foram amplamente discutidas aqui, foi um sucesso. Esses 500 mil produtores que produzem 86% da riqueza no Brasil se beneficiaram de um sistema que teve a sua eficiência. O sistema de Ater no Brasil ajudou a construir a moderna agricultura brasileira que alimenta o nosso País, gera excedente exportável, renda, emprego, imposto. Quer dizer, nós temos que reconhecer esse grande ganho, essa grande contribuição do sistema de Ater no Brasil. Quem se encontrava em condições ambientais favoráveis e estava amparado por uma boa estrutura de produção pôde, então, contar com assistência técnica, pôde acessar tecnologia, ciência, e hoje são os vencedores que nós vemos aí no campo, são aqueles que realmente alcançaram uma posição de inclusão e de construção de riqueza.

Mas a maioria dos agricultores brasileiros não teve essa condição: 3,9 milhões de estabelecimentos no Brasil estão à margem desse processo, grande parte deles está no Nordeste, a maioria deles tem menos de 100 hectares, são propriedades pequenas, convivem em condições ambientais, econômicas e de estrutura de produção muito restritivas. Não estamos falando aqui mais só de tecnologia, estamos falando de base e capacidade, tudo o que o colega Julio destacou tão bem: estradas, logística, crédito, capacitação. Esse é um problema que só vai poder ser resolvido com políticas públicas que reconheçam e removam essas limitações e também que criem condições para o fortalecimento dessa integração entre a pesquisa, assistência técnica e extensão rural, amparada, obviamente, por suporte do Estado, suporte sistemático – não podem ser suportes episódicos, porque muitos desses processos levam tempo para se consolidar. Outro problema das políticas é que elas, às vezes, são muito episódicas, você constrói e logo em seguida desconstrói, esse é um grande problema.

E nós temos que reconhecer também que o problema não é trivial. Nós não podemos pensar em soluções simplistas ou triviais. A nova Ater do Brasil terá que ter capacidade de lidar com múltiplas realidades. Há produtores que sempre vão depender da ajuda do Estado, há produtores que vão se tornar independentes desse apoio, há propriedades em condições ambientais que são tão restritivas que não vão conseguir alcançar uma situação de autossuficiência, nós temos que buscar outra opção de renda para esses produtores – temos de ser inteligentes e reconhecer isso. Há os que são apenas residentes rurais. Eles nasceram e vivem na zona rural e aspiram a outros destinos. Eles buscarão outros destinos. Para esses, muitas vezes, a solução é uma solução não agrícola.

Então, mapear exatamente a situação desses produtores e pensar em modelar um sistema coerente com essa realidade, com essa diversidade de realidades, é o caminho inteligente a seguir. Fico, às vezes, preocupado de lançarmos um olhar muito simplista. São 3 milhões de produtores, todos têm mais ou menos a mesma condição, e a realidade não é essa. Vivemos num País



diverso, num País plural, e as soluções têm de levar isso em conta, têm de ser modeladas, levando em conta essa diversidade, essa pluralidade.

Para os produtores, é preciso que as políticas públicas superem as restrições econômicas e ambientais, é preciso haver irrigação, é preciso haver crédito, é preciso haver compra de safra. O crédito tem de ir além do custeio. Muitas vezes, de novo, há soluções simplistas que olham para a questão de custeio, mas não há investimento para criar as condições e a base de produção com um mínimo de solidez.

Um componente obviamente crítico é a oferta local de assessoramento técnico e social. É preciso trabalhar a organização dos produtores. Preocupa muito essa questão das cooperativas, do ganho em escala. Se haverá inclusão produtiva, não dá para imaginar que um pequeno agricultor, sozinho, conseguirá chegar lá e trabalhar fortemente o conceito de cooperativismo e de outras formas de integração. Esse tem de ser um esforço frequente e continuado, para atendermos a esse variado leque de realidades, que está presente em todas as microrregiões do Brasil.

Para terminar, eu gostaria de dizer que essa estratégia tem de estar conciliada, obviamente, com programas de transferência de renda do Governo, como o Brasil Sem Miséria, que poderia se beneficiar tremendamente de um sistema como esse, bem estruturado, e também com outras iniciativas de transferência de tecnologias e de conhecimentos não agrícolas. Não dá para pensar só na solução agrícola, porque grande parte dos problemas dessas comunidades tem natureza não agrícola.

O desafio, então, é desenvolver a produção rural, mas também lançar um olhar mais pragmático e buscar levar para o meio rural os benefícios que as populações das cidades têm. Temos de levar para lá bem-estar, qualidade de vida, acesso à educação, acesso à Internet, como foi dito aqui, celular. A norma, no futuro, vai ser a transmissão de conhecimento por essas plataformas. É preciso haver uma estratégia integrada, pensando na realização e no bem-estar das pessoas.

Acho que termino por aqui. Haveria mais dois ou três *slides* a apresentar, mas acho que estou excedendo muito o tempo.

Senador, posso seguir e terminar, então?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – É lógico!

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Então, vou passar mais dois ou três *slides*.

A mim preocupa bastante uma lógica que se consolidou no início do nosso sistema de Ater – que, de novo, reconheçamos, teve grande sucesso. Mas o colega Julio e também o Valter colocaram isso muito bem, e tenho a certeza de que também o Helinton o fez.



Houve um defeito na concepção inicial desse sistema. Chamo esse defeito de “eu faço, tu transferes, eles usam”, concebendo o sistema a partir de compartimentos muitas vezes desconectados. Há aquela lógica de que o pesquisador está na instituição de pesquisa, sabe aquilo de que o mundo real precisa, produz as soluções – é a lógica do balcão – e coloca isso no balcão, e quem está do outro lado, assistência técnica e extensão rural, pega a solução e vai para o próximo balcão, que é o do produtor. É um sistema que teve suas desconexões. Na verdade, esse sistema dos compartimentos, fora de uma visão de processo, gera problemas: custo de transação entre esses compartimentos, barreiras de comunicação e de entendimento do que são os reais desafios de se transferir e levar a inovação até quem dela precisa.

O colega Julio colocou a necessidade de haver os extensionistas ou os trabalhadores que estão próximos do mundo real, participando aqui, talvez, mais ativamente na concepção dos projetos de pesquisa, ajudando a aferir: é isso mesmo de que o mundo real precisa?

Então, o desafio que temos aqui é sair um pouco dessa visão dos compartimentos, muitas vezes isolados, e migrar, cada vez mais, para uma lógica de processo. Temos de sair da lógica do “eu faço, tu transferes, eles usam”. Na verdade, é preciso haver um processo que olhe o problema, o desafio e a oportunidade e pense a solução e o impacto entregue no mundo real para o nosso produtor e para a nossa agricultura. Esse é um grande desafio.

Há novas formas de organizar e compartilhar a informação. Esse é um defeito em relação ao qual nós temos de fazer mea-culpa, as instituições de inovação, as universidades, a Embrapa, os institutos estaduais. Às vezes, temos uma concepção muito fragmentada da solução. Nós temos a cultivar, nós temos as publicações, nós temos os processos, mas, muitas vezes, faz-se pouco esforço no sentido de integrar essas soluções para que elas façam sentido para quem vai usar. E, nisso, eu vejo como uma estratégia poderosa as novas plataformas baseadas na *web*.

Nós, na Embrapa, estamos trabalhando esse conceito chamado WebAgritec, que é, na verdade, uma plataforma informatizada para a qual nós faremos convergir múltiplas tecnologias e informações, para que o usuário, acessando essa base, consiga, então, num espaço só, ter informações, por exemplo, da época ideal de plantio e da cultivar mais apropriada para os seus propósitos; da indicação de calagem e adubação para cada cultura; das previsões e tendências das condições climáticas, antes e depois do plantio e depois da própria safra; das doenças e das deficiências nutricionais que a cultura possivelmente vai enfrentar; do monitoramento da safra com estimativa de produtividade; do acompanhamento da safra numa agenda da propriedade.

Nós entendemos que, com o avanço das tecnologias da informação e da comunicação e com o avanço dos *smartphones*, com os novos aplicativos, plataformas como esta vão poder ser acessadas por via remota, com grande



facilidade, seja pelo extensionista, seja pelo profissional da assistência técnica privada e até mesmo, no futuro, pelos próprios agricultores, que vão se informando, que vão se preparando, que vão entendendo e compreendendo como usar essas tecnologias e, de repente, começam a navegar nesse mundo da tecnologia com grande desenvoltura.

A Embrapa está fazendo um grande investimento no sentido de viabilizar essas plataformas. Senador, em função do Código Florestal, nós já estamos concebendo a plataforma WebAmbitec, para qual nós faremos convergir todas as tecnologias desenvolvidas, não só pela Embrapa, mas também pelas nossas instituições parceiras, que vão ser muito úteis na recuperação ambiental, na recuperação das áreas de proteção permanente, na recuperação das reservas legais. Então, tentando levar a tecnologia, conhecimento e informação de uma maneira mais ordenada, menos fragmentada, menos verticalizada. Nós entendemos que esse é um grande desafio de todo o sistema de assistência técnica e extensão rural para o futuro. E a gente realmente espera que a nova Ater, a Ater que está sendo modelada agora, abrace o desafio também do organizar e fazer fluir a informação de uma maneira cada vez mais planejada e de uma maneira cada vez mais eficiente.

Eu gostaria de terminar, Senador, parabenizando-o novamente e agradecendo à Comissão por ter trazido aqui esta discussão tão importante e, obviamente, o apoio da Casa e da própria Comissão à pesquisa, à inovação.

A nossa organização, a Embrapa, tem uma relação extremamente positiva e construtiva com esta Casa, com esta Comissão.

É a minha primeira oportunidade de aqui me manifestar. E, como Presidente da Embrapa, eu gostaria de colocar a nossa instituição à disposição.

A Embrapa é uma provedora importante de informação, que é um componente muito crítico na construção e na melhoria de políticas públicas para o agro no Brasil. E o nosso espírito é sempre o de contribuir e colaborar.

Mais uma vez, cumprimento o Senador Suplicy, os meus caros colegas aqui da Mesa. O Senador Suplicy mencionou a questão do café. Obviamente, Senador, nós estamos à disposição para prover quaisquer informações adicionais que forem necessárias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu quero agradecer ao Diretor-Presidente da Embrapa, Dr. Maurício Antônio Lopes.

Maurício, pode ter certeza de que causou uma impressão muito boa. A gente percebe a compreensão que tem sobre o tema, a forma como colocou, com enorme facilidade. E fico muito feliz por isso.

Mas quero também aqui registrar que o ex-Presidente Pedro Arraes foi um grande parceiro desta Comissão. Certamente, um grande técnico também, assim como V. S^a.



Aproveito até para agradecer a sua presença aqui, mas agradecer também a passagem do ex-Presidente Pedro Arraes. E disse a ele da minha preocupação, Senador Suplicy: eu, propositadamente, sou autor do requerimento, mas nós vamos discutir o Orçamento, e não há nada que ajude mais a extensão rural, a Embrapa, do que se colocarem no Orçamento da União recursos para extensão rural, para a Embrapa, para pesquisa. A palestra, aqui, a colocação mostra isso. Isso é factível.

Só precisamos estruturar isso, e a estrutura 1, claro, precisa de organização, de gestão, mas um dos fatores limitantes é recurso, é você dotar realmente, tanto o MDA, como o Ministério da Agricultura, e aqui temos as chamadas emendas de comissões.

Todo ano eu brigo para que a gente coloque recursos tanto para a Embrapa como para a extensão rural, porque vejo que isso é a forma de a gente realmente fazer com que a pesquisa chegue até a ponta.

E hoje, aqui, nessas explanações, me parece que ficou sobejamente claro para todo mundo como é importante este tema.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, quero cumprimentar o Sr. Valter Bianchini, Helinton José Rocha, Julio Zoé de Brito e Maurício Antônio Lopes pelas contribuições realizadas. Acho que é muito importante tenhamos essa perspectiva quanto aos estudos de pesquisa, extensão rural e apoio aos agricultores.

E, conforme o Presidente da Embrapa ressaltou, às vezes, os agricultores estão isolados. Na medida em que se puder estimulá-los a interagir mais e mais, inclusive nas formas cooperativas de produção, isso é muito significativo.

Tenho de votar, neste instante, em outra comissão, Sr. Presidente. Quero muito cumprimentá-lo pela iniciativa. Aprendi muito com a exposição dos senhores. Muito obrigado.

E vou falar hoje sobre o café, graças às informações que avaliei tão relevantes. Inclusive, outros Estados hoje estão à frente – Minas Gerais e Espírito Santo –, mas para São Paulo, ainda, o café é tão importante e significativo. Então, eu avaliei como importante trazer esses resultados. São muito bons os resultados para a agricultura na área do café, que neste ano estão acontecendo, muito graças ao trabalho de pesquisa de entidades como as que estão aqui presentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Uma coisa me chamou a atenção e me deixou muito preocupado.

Ouvi – parece-me que do Tom – que jovens agrônomos são contratados para fazer assistência técnica, mas o salário deles também está vinculado à produtividade da venda de agrotóxicos e defensivos. Eu acho que essa é uma preocupação. A fala é grave, a meu juízo, porque se nós temos jovens



agrônomos, que têm um compromisso, assim como têm os médicos e todos nós, no exercício profissional... Eu não posso, num receituário agrônômico, colocar defensivos a mais, agrotóxicos a mais, com o objetivo de ter um salário maior. Eu não sei se ouvi isso direito, mas é uma preocupação muito grande isso.

Aí, eu queria que o Tom e o que foi mais incisivo, o Zoé, eu gostaria de ouvi-lo especificamente, porque aí, a meu juízo, cabe uma legislação, porque eu acho que, se você constatar que alguém... Sendo prático, eu, produtor, estou colocando uma quantidade de agroquímico na minha propriedade, isso custa caro. Se eu estou colocando a mais... Eu já vi várias críticas aqui, sobretudo, do pessoal que defende a agricultura orgânica, que é o sonho de todo o mundo. Imagine você ter... O grande problema é a escala da agricultura orgânica, é um problema. Enquanto nós não temos isso, nós vamos ter sempre que usar. Agora, usar em demasia porque as empresas, ao contratarem profissionais que deveriam orientar tecnicamente ao uso do mínimo possível, do ideal, no receituário, transformarem isso em um complemento salarial... Eu fiquei muito preocupado. É a primeira vez que ouço isso, mas me soou como alarme. Eu quero isso formalizado, porque eu pretendo defender uma legislação severa contra esse tipo de comportamento.

Uma coisa é se dizer: "Ah, nós somos os maiores consumidores de agrotóxico", agora, nós também temos uma agricultura tropical, nós temos duas safras e essas estatísticas... Eu já vi compararem nossa estatística de uso de agrotóxico com países que têm outro tipo de clima, que têm uma única safra. É uma comparação que só serve para impressionar e até alardear... Eu fico sempre preocupado quando nós alardeamos, aqui no Brasil, coisas que podem nos prejudicar em nosso comércio externo. Eu fico muito preocupado com isso. Então, eu queria ouvir...

O SR. JULIO ZOÉ DE BRITO – Pois não. Eu gostaria de esclarecer que quando eu falo desses jovens profissionais, estou falando, Senador, daqueles profissionais que são contratados por empresas de insumos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não, mas eu entendi assim.

O SR. JULIO ZOÉ DE BRITO – Eu não estou falando desses servidores públicos. E isso...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Só um minutinho.

Eu não estou falando de servidor público. Eu entendi exatamente isso. E foi isso que me preocupou, porque é uma moeda...

O SR. JULIO ZOÉ DE BRITO – É exatamente desse jeito. Como há alguns locais, não sei se o senhor conhece, para tirar dos agrônomos... Por exemplo: é o mesmo que, em uma cidadezinha pequena, ter uma ótica que contrata um médico jovem para consultar pessoas, entendeu? Evidentemente que, quanto mais óculos forem receitados, melhor para aquela empresa. Não sei se



aumenta o salário do médico ou não, mas essa é uma realidade. Inclusive um pai agrônomo deu esse depoimento, que se sentia extremamente triste de ver o filho...

E, aí, se você olhar a empresa, a empresa ganha mais quando vende mais e ela acha que o produto dela é bom. Quando contrata um agrônomo, ela dá uma meta: "Você vai ganhar isso se vender mais do que isso. É muito bom o meu produto. Você vai ganhar mais." Essa é uma realidade que basta colocar o termômetro e verificar, está presente na indústria de fertilizante, de agrotóxico e em todas as áreas. Não sei se na área de medicamento é assim, se os profissionais... Mas na área agrônômica é uma realidade, que, de fato, merece a preocupação de todos nós brasileiros.

Igualmente grandes empresas que não monitoram, por exemplo, se a gente tem uma praga com nível de dano econômico, como se ensina nas universidades, e eu tenho um calendário de aplicação, chegou aquela data, já entram aplicando o defensivo.

Essa é a preocupação que a gente traz para esta discussão, porque não é a isso que nossas pesquisas, que o nosso conhecimento desenvolvido leva. Ter apropriação do conhecimento é respeitar essas questões. A gente coloca esses dados não para alardear, mas para que a gente faça uma reflexão e possa fazer agricultura com alto rendimento, mas com sustentabilidade, com respeito ao conhecimento que a sociedade paga tão caro para que seja produzido.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Zoé, eu insisto em dizer: sem dúvida nenhuma, você não está fazendo na forma de denúncia, mas eu fico preocupado. Eu gostaria... A tua fala é genérica, e nós precisamos, então, que ela seja em cima de alguma coisa mais técnica, que traga estatística. Porque quando você diz, quando você afirma isso... Por exemplo, eu não conheço oftalmologista que vá receitar óculos para quem não precisa. Eu acho que os médicos não fariam isso.

O SR. JULIO ZOÉ DE BRITO – Eu também não. Também acho que não.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não conheço isso ao longo da minha vida. Agora, uma coisa é se dizer: "Você vai ganhar o salário em função da quantidade que você vender." Tudo bem, agora o cara não pode fazer um receituário falando que ele tem que colocar a mais do que ele precisa porque ele quer vender mais. São coisas diferentes.

Então, eu insisto nisso, acho que é preciso deixar claro. E, se tiver isso, eu mesmo me coloco à disposição para que a gente possa, com uma legislação, disciplinar o assunto. Agora, eu tenho que disciplinar isso em cima da estatística. Porque quando citam, e eu já vi citarem aqui, a quantidade de agrotóxico usada em nosso País, que tem um clima tropical e duas safras, comparada à utilizada em um país que tem outro clima e uma única safra, o qual passa a metade do ano com neve, gelado, e que não tem a mesma necessidade de agrotóxico...



Pediu para se manifestar o Valter também a respeito disso, eu imagino.

O SR. VALTER BIANCHINI – Eu queria falar sobre esse tema, mas, antes, permita-me, Senador, duas observações.

A primeira: permita-me pedir desculpas aqui, porque eu citei, além do Presidente Maurício e do Diretor Waldyr, a Diretora Vania, que antes de estar nessa função mais administrativa, mais interna, liderou o nosso Mais Alimentos e desenvolveu um importante trabalho neste processo que estamos debatendo aqui, de articulação, pesquisa e extensão. A nossa paranaense, a quem agradecemos o apoio que tem dado à Embrapa e hoje a essa nova composição.

A segunda: sobre o que o Ministro Mendes colocou, dessa nova estrutura de Ater, sobre a conversa do Ministro Mendes, do Ministro Pepe Vargas, no MDA, de instar hoje a responsabilidade política de Ater, eu queria só também dizer que estamos aguardando a liderança da Presidenta Dilma, e vai vir para o debate nesta Casa, como o Helinton colocou aqui – e será o momento oportuno para discutir – a composição dessa agência, o seu papel, onde ela vai estar centrada. Então, brincamos com o Ministro que é uma menina dos olhos, mas a gente espera que ela continue com o olhar privilegiado para a nossa agricultura familiar, para os pequenos e médios, embora, como o Maurício e o Helinton falaram, temos problemas com os grandes também.

Sobre o tema do uso adequado dos agroquímicos na agricultura, o Presidente Maurício colocou um dos desafios, que é a gente caminhar para uma agricultura mais sustentável. Hoje, um dos trabalhos da Ater é que a gente use não só os aspectos do receituário, que o Senador Moka coloca, do acompanhamento, mas o que foi citado aqui da *web*, da informática... Eu falei que estive recentemente, Senador, em Pelotas e vi uma ideia interessante da Embrapa no manejo da mosca-das-frutas do pessegueiro: o uso do celular. Quer dizer, via mensagem, a gente vai acompanhando o clima, os níveis de infestação e orientando os agricultores sobre o momento de maior ou menor risco.

No Paraná, quando eu era Secretário da Agricultura, nós fizemos um convênio com o Crea do monitoramento *on-line* de todo o Receituário Agrônômico. Em vez daquelas pilhas de receita, hoje podemos monitorar de uma forma *on-line* onde está a emissão do maior ou menor número de receituário e ir monitorando.

Eu acho que temos que estar atentos à sinalização que o companheiro Julio fala e, como o Maurício colocou, ir caminhando para uma agricultura que o cenário nacional e internacional pede, de menos impacto, de menos uso de agroquímico, que é responsabilidade de todos nós. E temos leis que disciplinam o solo, os agrotóxicos, receituário, uma série de questões.

Então, o alerta do companheiro Julio é importante, mas vamos colocar que há um consenso nosso: onde chega a Ater de uma forma mais eficiente, seja ela do Estado, seja privado, temos o risco menor desses impactos.



O nosso esforço aqui, da Ater, tem também, como um de seus objetivos, caminhar para uma agricultura mais sustentável.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Ouço o Helinton Rocha.

O SR. HELINTON JOSÉ ROCHA – Esse é um assunto bastante importante para o Ministério da Agricultura. O José Guilherme, que hoje está na Emater, trabalhou na defesa da agropecuária e conhece um programa muito importante para nós, que é o monitoramento de resíduos. Quando olhamos o monitoramento de resíduos, vemos que o resultado não é tão grave. Quando vamos para um outro programa, o da produção integrada, ele mostra, sim, o uso intensivo de tecnologia no manejo de pragas. É um programa que tem mais de 12 anos no Ministério da Agricultura, é um programa muito pequeno, mas muito tecnicizado. Nós trabalhamos com mais de 40 cadeias e, nessas cadeias, nós vimos, sim, a possibilidade de redução do uso de agrotóxico. A produção integrada fica entre a convencional e a orgânica, ela usa agrotóxico.

Na Itália, por exemplo, mais de 90% da produção de frutas é nesse sistema e a nova PAC exige, e alguns países estão adotando, a adoção desse sistema com produção integrada em 100% da produção a partir de 2014, por exemplo.

Então, o Ministério da Agricultura tem um grande programa de monitoramento de resíduos que não confirma nenhuma tragédia nacional sobre a questão da segurança dos alimentos. Nós temos dados para demonstrar que não há problemas graves. Os problemas são pontuais. Quando a gente faz a conta entre o uso de agrotóxicos e divide pelo número de habitantes, cometemos aí uma pequena interpretação. Por exemplo, o herbicida. O herbicida não vem para a planta, não vem para a parte comestível, entende? Ele tem uma ação fora.

Os agrotóxicos, de maneira geral, têm evoluído muito nos últimos anos. Então, eles são muito menos agressivos à saúde pública do que eram, deixam muito menos resíduos. Agora, é claro que temos que avançar. Nossa preocupação não é efetivamente grave com a questão da saúde pública, mas, sim, com a questão econômica. O produtor pode reduzir 30%, 50% e até 100% do uso utilizando o potencial de redução que a produção integrada tem indicado por exemplo; uma das técnicas.

De qualquer maneira, a proposta que nós fizemos sobre uma agência reguladora e que está em debate entre o MDA e o Ministério da Agricultura, sob a coordenação dos dois Ministros, é exatamente no sentido de fortalecer o sistema, para que ele expresse esta grande característica e funcionalidade social, que é a racionalização do uso de insumos a bem, principalmente, da economia do produtor, mas que também tem reflexos, sim, na redução dos riscos à saúde pública, redução dos riscos ambientais.

Então, há necessidade melhorar, mas temos dados estatísticos, um grande programa está sendo conduzido. Nós temos, agora, o apoio do Ministério



da Ciência e Tecnologia em um projeto chamado Sagres, em que estamos desenvolvendo metodologia para detecção de resíduos que ainda não estão no portfólio de resíduos monitorados dos nossos produtos. Nós temos 250 novos pós-doutorados que vão desenvolver metodologia de análise de balcão dos produtos agropecuários. Essa é uma questão muito importante e estratégica para o Brasil, principalmente, porque é um país que frequenta mais de 170 mercados mundiais.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O primeiro inscrito... Aqui cabe uma explicação. Nós começamos a audiência com praticamente a maioria dos Senadores. É que nós aqui somos poucos e são várias as comissões, mas o Senador Tomás Correia foi o primeiro a chegar aqui.

Com a palavra o Senador Tomás Correia.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, senhores palestrantes, Dr. Helinton, a quem chamo de Tom José, Dr. Valter Bianchini, Dr. Maurício, Dr. Julio, Senador Casildo Maldaner, em primeiro lugar, peço desculpas por ter que me ausentar, porque a gente tem que fazer aqui igual àquele programa de televisão: tem que se virar nos 30. Estou aqui e na Comissão de Relações Exteriores e tive que votar e relatar um projeto lá, portanto, tive que correr para lá, correr para cá, assina em outra, vai a outra. Então, a ausência eventual nossa aqui, e de outros Senadores, não é nenhuma desconsideração aos palestrantes, que estão fazendo uma brilhante palestra. Lamentei muito perder parte delas, inclusive a do meu querido Presidente da Embrapa, Dr. Maurício Antônio Lopes, a quem gostaria muito de ter ouvido. Infelizmente, na hora exata em que V. S^a foi fazer a palestra, tive que me ausentar para ir para a Comissão de Relações Exteriores, mas eu queria, Presidente Moka, fazer aqui algumas colocações com relação, sobretudo, ao meu Estado de Rondônia.

Quero, em primeiro lugar, parabenizar a Embrapa e todas as entidades aqui presentes. A Embrapa é uma empresa de pesquisa muito séria, muito serena, muito importante para a agricultura do País.

Mas, veja bem, tenho aqui um decreto, o Decreto nº 6.961, de 17 de setembro de 2009, que aprova o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e determina ao Conselho Monetário Nacional o estabelecimento de normas para operações de financiamento ao setor sucroalcooleiro, nos termos do zoneamento que está no Decreto. Aqui diz que ficam excluídas desse zoneamento:

- 1. as terras com declividade superior a 12%, observando-se a premissa da colheita mecânica e sem queima para as áreas de expansão;*
- 2. as áreas com cobertura vegetal nativa;*
- 3. os biomas Amazônia e Pantanal e a Bacia do Alto Paraguai;*
- 4. as áreas de proteção ambiental;*
- 5. as terras indígenas;*
- 4. remanescentes florestais [...]*



Ora, no bioma Amazônia...

Sr. Presidente, temos hoje um Código Florestal que estabelece limites para desmatamento, estabelece uma política ambiental adequada de proteção ao meio ambiente. Já tínhamos antes, inclusive. Quando foi feito esse decreto já havia uma lei que determinava as proteções ambientais.

No meu Estado de Rondônia, e no Estado do Acre eu também tive oportunidade de ver, no Município de Cerejeiras, temos empresários que já estavam investindo na área de plantação de cana para indústria de álcool, investimentos inclusive elevados. Estou aqui com dados que pedi que fossem colhidos aqui na assessoria do Senado e tenho a informação de que já foram investidos nessa área por uma indústria, uma usina, em torno de R\$18 bilhões. Foi um empresário que acreditou. Ele acreditou no programa, acreditou na expectativa de ter um plantio de cana em uma região que não tem problema de seca, Senador Casildo Maldaner, e, de repente, quando ele fez todos esses investimentos, quando já está em andamento, quando já está com toda uma estrutura que custou muito dinheiro, o Governo lança um decreto dizendo que ali não pode mais plantar cana, que não há mais incentivo nenhum para o plantio de cana na região.

Então, eu queria fazer uma consulta, sobretudo uma pergunta, ao Presidente da Embrapa sobre essa questão. Realmente, por quê? Qual é a razão? A região amazônica não tem nenhum problema, porque essas plantações de cana serão feitas em áreas já desmatadas, em áreas degradadas. Portanto, não tem nada a ver com o desmatamento, não tem nada a ver com essas questões de preservação, um pouco xiita, ambiental. Então, queria aqui saber se esse decreto... Qual a razão lógica para que uma região do Brasil, que tem pecuária, como Rondônia... Hoje temos 12 milhões de cabeças de gado no Estado de Rondônia. Somos grandes produtores de leite, a região de Rondônia. O meu Município, o Município de Jarú, é, inclusive, o principal Município, o primeiro produtor da Região Norte. Temos plantação de cacau. Temos plantação de café. Então, por que essa restrição ao plantio de cana, se ele está no contexto dessas outras culturas que, igualmente, se a questão é ambiental, trariam qualquer dano ao meio ambiente?

Mas, de qualquer sorte, o que volto a dizer é que temos já uma lei, o Código Florestal anterior e o atual, que protege. A plantação de cana, assim como a pecuária hoje, assim como esses plantios todos de café, de cacau, são utilizados hoje em áreas que já estão desmatadas. Então, não vai se desmatar coisa nova. Não vai se fazer um novo desmatamento para plantar cana. Então, eu gostaria de saber da Embrapa se há algum estudo que vede ou que impeça, tecnicamente, além da questão ambiental, o plantio de cana na Amazônia.

Essa é a pergunta que faço e gostaria de ouvir a resposta de V. Ex^a.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Muito bem, Senador Tomás Correia. Obrigado pelas considerações e pela pergunta.



De fato, a Embrapa deu o suporte técnico para a definição do zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar. Na verdade, é um trabalho de pesquisa que deu suporte a uma política pública, a política pública que regula a expansão e a exploração da cana no contexto do setor sucroenergético no Brasil.

Normalmente, a construção dessa política tem, obviamente, algumas vertentes. Uma vertente importante é a vertente técnica, tecnológica, e a pergunta que nos é feita é: "Façam a modelagem definindo onde é possível se cultivar cana-de-açúcar de maneira econômica, de maneira segura e levando em conta questões como solo, clima e outras questões ambientais que possam ser restritivas ao cultivo da cana." No entanto, nesse caso, nos foram apresentados outros limites que não exclusivamente técnico ou tecnológico. Um limite que nos foi apresentado é: fora do bioma Amazônia. Outro limite que nos foi apresentado é: sem a necessidade de se fazer irrigação, salvo a necessidade de se fazer irrigação de salvamento, com aplicação de água até um limite de 50 milímetros. Quando está se estabelecendo o cultivo da cana, muitas vezes é necessária aquela irrigação de salvamento que vai viabilizar a cultura, mas uma restrição não técnica que foi colocada foi: sem irrigação.

Na verdade, essas não são escolhas da instituição de pesquisa. São escolhas de quem constrói a política pública. Nesse caso, foram feitas algumas escolhas: a escolha de não expansão do setor sucroenergético na região da Amazônia, não expansão da cana e do setor sucroenergético com o suporte do Estado em áreas que demandariam alta quantidade de água através de irrigação. Foram com esses parâmetros, Senador, que trabalhamos no sentido de aí dizer onde faz sentido apoiar o cultivo e a expansão da cana no Brasil. Não é exatamente a Embrapa que implementa essa política pública. Essa é uma política pública implementada através da liderança do nosso Ministério, Ministério da Agricultura. Somos os provedores do conhecimento e da informação de onde, naquelas áreas definidas como não restritivas do ponto de vista técnico e não técnico, faz sentido se plantar cana-de-açúcar.

Obviamente, Senador, em muitas dessas áreas, tecnicamente, é possível plantar cana-de-açúcar. O meu entendimento é que aquelas empresas ou aquelas instituições que se dispõem a fazê-lo sem o aporte de recursos do Estado ou sem o suporte de políticas do Estado podem fazê-lo, mas a restrição que o zoneamento impõe é que o Poder Público, as políticas públicas estabelecidas não podem, na verdade, entrar nessas áreas estabelecidas como restritivas.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Perfeito, Sr. Presidente, mas, veja V. Ex^a: há aqui um projeto do Senado Flexa Ribeiro que essa Comissão votou recentemente, não é, Senador Moka?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vou pedir o seguinte. É claro que há interesse. O tema, é claro que é diferente. Só quero tranquilizá-lo no seguinte: essa é uma restrição muito mais comercial. Vamos ser sinceros aqui. Há grandes produtores, não vou citar os Estados, que



estão muito preocupados em levar o plantio da cana-de-açúcar para outras regiões. A informação que tenho, e sou um humilde médico, é de que a cana é, de longe, a cultura que muito mais deixa no solo do que retira. Então, a cana... Pode ter certeza V. Ex^a: as restrições não são técnicas. Pode ter certeza que não são. Agora, temos que discutir, nesse projeto que V. Ex^a vai citar, exatamente... Já ouvi, não do Tom, mas do Ministério da Agricultura que, quando foi editado aquilo, havia muita coisa que hoje já mudou. Precisamos aprovar esse projeto e reverter esse tipo de limitação.

Só para ajudar no encaminhamento que faz V. Ex^a.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Waldemir Moka.

Realmente, esse projeto do Senador Flexa Ribeiro que votamos na Casa, na semana passada ou no começo desta semana, resgata as diretrizes de proteção ao meio ambiente e de sua biodiversidade, coordenadas com a utilização racional dos recursos naturais, oferecendo a possibilidade de desenvolvimento econômico social da região por meio de produção sustentável da cana e de seus derivados energéticos. Então, é um projeto muito importante.

Acho também que é um pouco arbitrário um decreto do Poder Executivo simplesmente dizer onde pode plantar cana e onde não pode plantar cana. Veja V. Ex^a, Dr. Maurício, que estamos falando aqui, de acordo com a Comissão que está estudando o Código Penal, da qual faço parte... Estamos estudando até o plantio de maconha. Estamos falando aqui em autorizar o plantio de maconha e estamos proibindo ou, de certa forma, não incentivando... Na medida em que o Governo restringe créditos para o plantio de cana, está, praticamente, impossibilitando a atividade nessa região. O mais grave é que já existem indústrias instaladas, investimentos feitos, como é o caso do Acre. Passei no Acre um dia desses, indo para a fronteira, e vi uma indústria com plantio de cana pronta, uma indústria totalmente estabelecida sem poder inaugurar.

Mas eu queria só fazer outra pergunta, rapidamente.

Também aqui aprovamos, na Comissão de Agricultura... A matéria não esteja bem dentro do contexto, mas é uma oportunidade que tenho aqui, em que está a elite dos técnicos nacionais, é o momento que a gente tem para esclarecer e, como sou da região amazônica – sou de Rondônia –, não poderia deixar de fazer essa colocação, Senador Waldemir Moka, para que a gente possa ter alguma informação. Repercutiu tanto a aprovação desse projeto na Comissão de Agricultura, que já recebi uma comissão de Cerejeiras aqui, representada por um Deputado da região, Ezequiel Neiva, pedindo apoio nesse projeto, porque a região quer desenvolver o plantio de cana.

Mas a minha dúvida, a outra, é a seguinte. Aqui também aprovamos, com o meu voto contrário, um projeto de lei criminalizando a venda de agrotóxicos sem receita do agrônomo. Alguém falou aqui em agrotóxico e gostaria de... Achei um pouco exagerado criminalizar porque, às vezes, o sujeito tem que comprar no



interior e não tem um agrônomo disponível. Você precisa passar um Gramocil na porta de casa, alguma coisa... Se isso for crime, vamos correr o risco de, daqui a alguns dias, estarmos com uma grande parte da população brasileira respondendo a processo criminal por crime dessa natureza.

Então, gostaria de saber também dos ilustres palestrantes o que acham desse projeto, porque acho que é interessante aproveitar essa oportunidade, Sr. Presidente, para, em rápidas palavras, ouvir a opinião dos técnicos da área também.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Tomás, acabaram de explicar isso e V. Ex^a... Até instigado por mim, os três aqui falaram exatamente a respeito dessa preocupação do uso do agrotóxico, de às vezes os profissionais que ganham por produtividade...

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Acabam receitando sem critérios.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – ... acabarem receitando a mais. Escolheria um dos técnicos, talvez o Zoé, para responder.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Porque o projeto visa criminalizar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Sei.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Quem comprar sem receita responderia a um processo criminal e poderia ser preso em flagrante.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – É crime.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Acho muito grave isso para o cidadão. Queria só ouvir rapidamente a palavra de alguém sobre a matéria.

O SR. JULIO ZOÉ DE BRITO – Acredito que a pessoa mais adequada para responder isso é o companheiro Helinton, que é do Ministério da Agricultura, que regula essa questão. De qualquer maneira, é um assunto polêmico e merece uma reflexão.

Agora, vejam que hoje se vendem ainda alguns medicamentos sem receita médica. Então, isso precisa ter uma dosagem, talvez identificar que tipo de produto que de fato traria grandes danos à saúde e ao meio ambiente, mas eu acho que Helinton seria de fato a pessoa mais adequada para discutir sobre esse tema.

O SR. HELINTON JOSÉ ROCHA – Criminalizar ou não criminalizar é um assunto muito mais de cunho jurídico do que agrônomo.

Nós somos defensores, sim, da manutenção do Receituário Agrônomo como ele está. E ele tem evoluído. No Paraná, Bianchini foi um grande batalhador disso. Nós copiamos descaradamente a legislação sua. Eu sou fundador da primeira comissão que controlou essa questão, no Mato Grosso do



Sul, e ali instalou o Receituário Agrônomo. Por isso, eu fui diretor de Crea, orientador de ética do Crea do Mato Grosso do Sul, e acho que essa estrutura é, em minha opinião, suficiente. Se bem aplicada e bem fortalecida, é um instrumento importante.

Outro dia... Com o Receituário Agrônomo nós estamos negociando um programa de apoio ao Programa ABC; e o Receituário Agrônomo foi o nosso principal argumento para dizer que no Brasil não há o uso indiscriminado, porque em muitos países não existe o Receituário Agrônomo. Agora, criminalizar o cidadão é realmente uma questão que precisa ser avaliada. Quem tem condição de fazer o peso da questão jurídica, da questão legal, de criminalizar ou não criminalizar... Realmente, não é uma questão apenas agrônoma.

Eu digo que o Receituário é um excelente instrumento. A assistência técnica e a extensão rural usam isso com um bom grau de responsabilidade. Há, eventualmente, revendas, exceções. Há regiões onde isso está menos aplicado e outras onde está mais aplicado. E esse é um elemento importante dessa questão que estamos tratando. A isenção do profissional é muito importante não só para agrotóxico, mas também para fertilizantes, para uso das tecnologias, dos manejos. E isso envolve fortalecer as instituições de assistência técnica e extensão rural, e isso é um foco. Por isso tratamos disso aí.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Moka, senhores convidados, Senador Tomás e caros colegas que estão aqui participando, claro que não me cabe indagar e não é esse o meu propósito também. Eu sei que o Ministro Mendes Ribeiro Filho já passou por aqui de manhã, já muita gente circulou e há pouco eu escutava, numa comissão daqui, o bater de palmas, quer dizer, já sendo aplaudido. E esta Casa é assim mesmo.

Eu estava escutando o Senador Tomás falando sobre a cana, da região, se é restrita ou não é. Não são de hoje esses debates que nós temos aí na Casa, e muitas vezes eu acho que não é técnica mesmo, é mais política.

Ontem à noite, ainda, o Senador Moka me ligava. Eu estava numa concentração daquela rede feminina, porque foi a abertura. Depois, tínhamos outro debate com o pessoal do carvão. Aí, o pessoal do carvão dizia – só para recordar um pouco – como são polêmicas as circunstâncias, como a diversidade é grande.

Até a eleição americana agora comprovou que a diversidade é forte, pois até alguns estados começam a incentivar ou permitir a plantação da maconha; outros, não. Quer dizer, até na votação, agora, entrou isso: diversidade em tudo que é sentido. Nos Estados Unidos nós já sentimos isso agora, como o debate é... O critério eleitoral...

Então, essa noite é até do carvão. Aí, diz-se que no mundo 40% da energia é do carvão. Nós, no Brasil, estamos com aproximadamente 1% de



energia do carvão. E as restrições. Aí vem o pessoal de Candiota, no Rio Grande do Sul; do meu Estado de Santa Catarina, que é a região do Sul, a carbonífera. Tem um potencial extraordinário, a tecnologia avançada. Fazia até um óleo diesel, uma espécie de óleo do carvão, que já existe. Mas hoje a política não permite avançar, Tomás. E chegaram à conclusão de que, no segundo turno, nas últimas eleições, houve um pacto de que, em função do que houve no mundo, na Dinamarca, se não me engano... E, num pacto do segundo turno estavam dizendo que não podia, e a Dilma concordou; e o pessoal da campanha, buscando a facção da Marina, não podia mexer na política do carvão por enquanto, seria preciso resguardar. E isso trouxeram ontem à noite. Para vermos como são as coisas. Então, chegou no carvão: segura, porque não dá agora. Segura. Não dá, porque foi feito um pacto em função do segundo turno. Isso circula também, para não mexer no carvão por enquanto.

Aí, entra o apagão, porque se está implantando nova política energética para mudar, baixa o preço e as empresas... Houve audiência pública também, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, com o Senador Delcídio, que participa muito disso. E os consumidores estão satisfeitos, mas as empresas, até as estatais de energia dizem que não é possível, porque, com o custo que foi empregado e a modernização, como farão isso? Aí há os apagões que houve no do Nordeste agora. Há os que dizem que com esse tipo de política estamos implantando a república dos vagalumes. A república dos vagalumes, se implantam isso, vêm os apagões. Aí, vem a turma do carvão e diz: “Viu como é que é?”

Em todo o caso, eu ainda assistia, ontem à noite ou agora pela manhã, se não me engano, em Paragominas... Foi um programa que vi, passou na televisão, da restauração de Paragominas. A diversidade. Reflorestamento, pecuária e agricultura. Áreas degradadas. Coisa linda, aquilo! Eu me encantei. Com aquilo, parece que a gente respira até novos ares. Degradaram a madeira. O pessoal do Sul foi, amigos nossos, compadres meus que estão naquela região, porque eu conheço muitos deles.

Hoje, fizeram um cadastro. Como é a pesquisa, a ciência, o avanço! Aí, a gente se encanta. E passou a reportagem. Aquilo me deixou assim... O reflorestamento agregado àquele tripé do reflorestamento, da agricultura e da pecuária. Aquele consorciado. E a gente vê as imagens e a restauração do meio ambiente, a sustentabilidade. Aí, veio o debate do Código Florestal. Como isso é diversificado! E exige um debate muito forte.

Aí, eu começo a lembrar que já se fala em produzir as 180 milhões de toneladas de grãos, no Brasil, coisa assim, 190 milhões de grãos. Aí eu recordo do tempo em que era Governador de Santa Catarina, nos anos 1989, 1990, 1991. Eu tinha um Secretário de Planejamento – hoje que Deus o tenha – que foi Deputado constituinte, o Paulo Macarini – devem ter conhecido –, extraordinário! Grande planejador! Ele era meu Secretário de Planejamento. E ele dizia, à época: “Governador Maldaner, se nós chegarmos, um dia...” Nós produzíamos 40 ou 50



milhões de toneladas e tínhamos uma população de 100 ou 110 milhões. Ele dizia: “Se chegarmos a produzir 1 tonelada por habitante, no Brasil, o mundo espera por nós para alimentá-lo. Com 1 tonelada de grãos nós vamos nos dar por satisfeitos. Esse Brasil vai encontrar o seu caminho.” E vejam bem, eu começo a pensar, às vezes, naquela previsão de Paulo Macarini. Nós estamos aí, hoje, com 180 a 190 milhões de habitantes, mais ou menos. Por aí. Segundo o IBGE é algo assim. E a previsão é de, para o ano que vem, chegarmos também a produzir mais 180 a 190 milhões de toneladas de grãos. É possível isso. Quer dizer, estamos chegando nisso, apesar dos debates, da luta, de buscar o equilíbrio do meio ambiente.

Essas questões, na verdade, Tomás, são políticas. Nós precisamos debater, manter a sustentabilidade, ser economicamente viáveis. Eu acho que o debate vale a pena. A diversidade. Então, não quero lembrar para os senhores todos, aqui, pois conhecem bem, a irmandade com Santa Catarina, o minifúndio catarinense, a tecnologia que se implanta e se debate. Há longevidade, há vida. Hoje se pensa na longevidade com sustentabilidade. Há esse debate.

Eu quero cumprimentá-los, porque isso vai continuar cada vez mais: a busca da tecnologia e sua aplicação, com saúde e com resultados. E vejam como vale a pena enfrentarmos todas essas questões!

Não quero questionar, mas quero dizer essas palavras, para dizer que participei um pouquinho, Moka! Mas a gente fica remoendo isso – como se diz na Serra Catarinense. A gente fica fazendo uma higiene mental nessas questões todas. Mas vale a pena.

V. Ex^a, embora médico, é um grande meditador dessas questões todas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Agradeço ao Senador Casildo Maldaner, ex-Governador de Santa Catarina, que é nosso parceiro aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e um extraordinário homem público.

Eu quero agradecer a presença de cada um: do Zoé; do nosso Presidente, do Tom e do Valter; e dizer, para finalizar, encerrando a reunião, que, na minha avaliação, o mais moderno que pode existir é essa integração: a Embrapa e a extensão rural. O que nós precisamos, aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, é trabalhar no fortalecimento da Embrapa e da extensão rural. E eu acredito que trabalhar no fortalecimento é dotar a Embrapa e a extensão rural de recursos orçamentários.

Nós vamos discutir, nesta Comissão, emendas de comissão. E um dos meus objetivos, ao trazer este debate para a Comissão, é mostrar a importância da Embrapa, da pesquisa, da extensão rural para o produtor, principalmente para o pequeno produtor, a chamada agricultura familiar, que muitas vezes produz sem nenhum técnico.



Um dos defeitos da antiga Empaer, hoje extinta, eu dizia para eles, lá no Mato Grosso do Sul. A Empaer era uma empresa que tinha uma cabeça enorme. Todo mundo queria ficar em Campo Grande, na sede. E os técnicos não iam para os Municípios. Eu disse que, no dia em que decidissem acabar com a Empaer, os Municípios não iriam nem sentir a falta dela. Porque, na verdade, é preciso, sim, ter o pesquisador aqui em Brasília ou em qualquer outro lugar. Mas é fundamental que aquilo que é gerado, que é pesquisado, chegue à ponta, porque lá está o produtor que não tem a informação. É exatamente ele que precisa ser orientado. Porque o grande produtor tem o agrônomo, o veterinário. Para essa agricultura familiar é necessário.

Eu tenho certeza – e aqui foi citado – que, se todos os nossos pequenos produtores tivessem essa assistência técnica, nós triplicaríamos a produção deles e a renda dessas famílias sem desmatar mais. E defendermos aqui... Mas nós estamos muito perto disso.

Sabe o que é? Há uma falácia quanto a nós, mas o Brasil é, de longe, o País que mais preservou. De longe! Nós temos mais de 60% da nossa biodiversidade intacta. Nós temos que sair desse discurso acuado e dizer que nós somos quem preservamos. E apesar de sermos os maiores preservadores, somos também os maiores produtores de grãos e de carne deste planeta. Esse é o discurso que nós e o Governo temos de adotar. Graças, exatamente, a esses que representam hoje, aqui, a Embrapa e a extensão rural.

Muito obrigado pela presença de cada um de vocês.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos.)